



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

SUMÉ – PARAÍBA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
SUMÉ – PARAÍBA

Reitor

Thompson Fernandes Mariz

Pró-Reitor de Ensino

Vicemário Simões

Diretor do Centro

Márcio de Matos Caniello

Coordenadora Administrativa

Maria do Socorro Silva

Coordenador de Graduação

Antonio Campos Junior

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Prof. Antonio Campos Junior
PRESIDENTE

Prof. José Iivaldo Alves Oliveira Silva
MEMBRO

Prof. Gilvan Dias de Lima Filho
MEMBRO

Profª Patrícia Trindade Caldas
MEMBRO

Prof. Clóvis Alberto Vieira de Melo
MEMBRO

Prof. José Irelânio Leite de Ataíde
MEMBRO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1. PERFIL DO CURSO	08
2. HISTÓRICO DO CURSO	10
3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	10
3.1 Bases Legais do Curso.....	11
4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	13
5. REFERENCIAL TEÓRICO	14
6. OBJETIVOS DO CURSO	16
7. METODOLOGIA DE ENSINO	17
8. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	19
9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	21
10. ATUAÇÃO PROFISSIONAL	22
10.1 Campo de Atuação Profissional.....	22
10.2 Competências, Atitudes e Habilidades	22
11. PERFIL DO DOCENTE FORMADOR	24
12. FORMAS DE ACESSO AO CURSO	25
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25
13.1 Organização do Trabalho pedagógico	28
13.2 Matriz Curricular	29
13.2.1 Formação Básica	29
13.2.2 Formação Específica	30
13.3.3 Formação Integradora	31

14. EXECUÇÃO CURRICULAR POR PERÍODO ACADÊMICO	37
15. CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO.....	40
15.1 Infra-estrutura	40
15.2 Recursos Humanos	40
16. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	41
16.1 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	41
16.2 Critérios de Aproveitamento e Procedimentos de Avaliação de Competências profissionais Anteriormente Desenvolvidas	41
16.3 Avaliação do Projeto do Curso	41
17. EXPLICITAÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS A SEREM EXPEDIDOS	42
18. FLUXOGRAMA.....	43
19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
20. EMENTÁRIO	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UAEDUC – Unidade Acadêmica de Educação do Campo
CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CSTGP – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CNE – Conselho Nacional de Educação
EAS – Escola Agrotécnica de Sumé
IES – Instituição de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

APRESENTAÇÃO

Este documento versa sobre o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Sumé. A criação deste Curso se dá em consonância com o disposto na Legislação¹ que disciplina os cursos superiores de tecnologia destinados à formação de tecnólogos e, dentre eles, os tecnólogos em Gestão Pública.

A criação de um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pelo CDSA/UFPG no semiárido paraibano é uma resposta para a necessidade de se construir um referencial teórico e prático que possibilite novos conhecimentos referentes às questões públicas do país, no geral, e da região em particular, possibilitando uma formação de nível superior para os gestores que atuam na administração pública. À vista disso, faz-se mister notar que, parlamentares, gestores públicos, estudantes, professores, entidades da sociedade civil vêm reclamando este Curso, dada a sua importância para o trato da coisa pública, bem como no processo de qualificação profissional e de formação da cidadania.

Ademais, a concepção norteadora deste Curso está intimamente vinculada às orientações da LDB (Lei 9.394, de 20/12/1996) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo, que enfocam o compromisso da instituição formadora em preparar profissionais para atuarem qualitativamente junto ao Poder Público e instituições privadas, contribuindo de modo ativo para o exercício da cidadania, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento social do País.

¹ Lei n.º 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parecer do CNE/CP n.º 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo; Resolução CNE/CP n.º 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Organização e o Funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia; Parecer CNE/CES 436/2001, que trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos; PARECER CNE/CES N.º 277/2006, que trata da Nova Forma de Organização da Educação Profissional e Tecnológica de Graduação. Portaria n.º 10/2006, que Aprova em Extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Portaria Normativa n.º 12/2006, Dispõe Sobre a Adequação da Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773 de 2006.

1. PERFIL DO CURSO

A institucionalização do referido Curso se encontra no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. O Catálogo organiza e orienta a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico em sintonia com os requerimentos da sociedade atual, configurando uma perspectiva de formação profissional inovadora e crítica, do processo de gestão das políticas públicas, no que tange ao desenvolvimento do indivíduo na sociedade e desta no meio ambiente.

O compromisso com a formação de gestores públicos foi, seguramente, a principal motivação para este Curso figurar no projeto de criação do CDSA/UFCG. Intrínseco a este fato está a premissa de que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pode contribuir para o desenvolvimento de uma atuação crítica, posto que promove o contato do estudante com sua realidade, bem como o confronto com situações distantes e culturalmente diferentes. É justamente nesse movimento, de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras, que desenvolvemos uma compreensão crítica.

As necessidades das entidades públicas requerem um profissional que apresente a competência de aprender de forma permanente e reconstrutiva, de modo a atender as necessidades sociais de respeito à diversidade imposta neste início de século, em que configura-se entre outras dificuldades, a formação de um ser capaz de assimilar, apropriar e transformar o conhecimento. Só assim o profissional poderá intervir no cotidiano e transformá-lo de acordo com os seus propósitos, agora coletivos. Para a formação deste paradigma humano, as instituições de ensino deverão intervir na sociedade e repensá-la, teorizando e propondo soluções criativas. Uma possibilidade aventada para a formação acadêmica é a priorização de trabalhos e pesquisas voltadas para a comunidade, contrariamente às tarefas disciplinares somente de cunho intelectual e distante das necessidades comunitárias hoje praticadas nas IES.

Assim, o Projeto do CDSA, compreende que a busca por uma formação em Gestão Pública, permitirá o conhecimento do sistema da política administrativa, que certamente beneficiará o educando na medida em que lhe permitirá uma análise mais acurada da

realidade político-administrativa que o cerca e na qual está inserido. Mais que isto, propiciar uma boa gestão dos projetos públicos constitui contribuição decisiva para o desenvolvimento da pessoa humana, já que nega o individualismo e demonstra claramente nossa opção em relação ao todo, isto é, à sociedade na qual estamos inseridos. Representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual esta se manifesta. Por consequência, adquirir uma visão de sustentabilidade do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o desenvolvimento de um conhecimento técnico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade para com a sociedade em que se vive.

Com a ocorrência de inúmeras mudanças no setor público, na atualidade se percebe grande necessidade de formação de nível superior para os gestores que atuam na administração pública. A UFCG cria um curso de extrema importância para a formação de profissionais que estejam aptos para as novas e emergentes demandas e exigências deste mercado de trabalho, que cobra ações integradas e participativas, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico da região.

O Governo Federal, pelos órgãos competentes, tem incentivado iniciativas que objetivem a eficiência na gestão pública com a finalidade de capacitação dos agentes administrativos e políticos. O curso foi pensado a partir da constituição de uma estrutura diferenciada, singular e dinâmica, conforme as exigências da área. Esta organização visa atender aos objetivos de formação básica geral, treinamento profissionalizante, aplicação do saber, interpretação e elaboração de uma cultura de integração do homem ao meio em que vive.

O Curso tem a duração de três anos, contando com atividades e uma infra-estrutura que incentivam a prática e a pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, o curso está organizado com componentes curriculares que desenvolvem conhecimentos, habilidades e competências relacionadas aos estudos e pesquisas na área, bem como a elaboração, definição e concepção de projetos.

As bases tecnológicas relacionadas à formação básica desenvolvem competências e habilidades para a gestão de processos públicos, o desenvolvimento da capacidade empreendedora, de pesquisas aplicadas e a inovação tecnológica.

Nesta ótica, o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CDSA/UFCG foi pensado de forma a promover a formação multidisciplinar para atender os diversos segmentos da sociedade.

2. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública é produto da Expansão da Universidade Federal de Campina Grande, tendo sido instalado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. A primeira turma a ser oferecida foi no semestre 2010.1. O curso faz parte do projeto pedagógico do CDSA desde o momento de sua idealização em 2008, como a possibilidade concreta de capacitar quadros na gestão pública para captar recursos e executar projetos de políticas públicas.

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Modalidade: presencial

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA – *Campus* Sumé.

Unidade Executora: Unidade Acadêmica de Educação do Campo – UAEduC.

Regime Acadêmico: Regime seriado semestral, utilizando sistema de créditos com matrícula por disciplina, observando a pré-requisitação.

Número de vagas: 50 vagas com ingresso anual em regime presencial.

Turno: Noturno.

Titulação conferida: Tecnólogo em Gestão Pública.

Carga Horária Total: 1800 horas / 120 créditos, assim distribuídas:

- **Formação Básica:** 600 horas / 40 créditos
- **Formação Específica:** 840 horas / 56 créditos
- **Formação Integradora:** 360 horas / 24 créditos

- **Carga Horária e Número mínimo de Créditos por Período:** 240 horas / 16 créditos
- **Carga Horária e Número máximo de Créditos por Período:** 300 horas / 20 créditos
- **Período Mínimo de Integralização Curricular:** 06 (seis) períodos
- **Período Máximo de Integralização Curricular:** 08 (oito) períodos

3.1. Bases Legais do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – *Campus Sumé* está respaldado nos seguintes dispositivos legais:

- **Lei n.º 9.394/96**, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- **Parecer n.º CNE/CP n.º 29/2002**, Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo;
- **Parecer CNE/CES n.º 436/2001**, que trata dos Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos;
- **Parecer CNE/CES n.º 277/2006**, que trata da nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de Graduação;
- **Portaria n.º 10/2006**, que aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- **Portaria Normativa n.º 12/2006**, dispõe sobre a adequação da denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia ao Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia;
- **Resolução CSE/UFCG n.º 26/2007**, Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.
- **Resolução CNE/CP n.º 03/2002**, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;

De acordo com o Art. 2º da Resolução CNE/CP nº03/2002, os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como **cursos superiores de tecnologia** e deverão:

- a) incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- b) incentivar a produção e a inovação científico- tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- c) desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- d) propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- e) promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- f) adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- g) garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

O Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA – CDSA/UFCG enquadra-se nas determinações da citada Resolução, atendendo, portanto, aos preceitos da legislação em vigor, uma vez que seu currículo foi estabelecido, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais

4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O modelo de gestão atualmente aplicado às Organizações Públicas tem se mostrado cada vez mais limitado diante das tarefas cada vez mais complexas a qual o Estado é instado a atuar e isso compromete a eficiência e a eficácia de suas atividades, principalmente aquelas voltadas para o atendimento das demandas de caráter social.

Constata-se na atualidade a necessidade premente de profissionalização da Gestão Pública. Os atores da escola de administração propõem, dentro desta realidade, não só a reformulação do ambiente organizacional, conhecida como redefinição do papel do Estado, mas a implantação da Reforma Gerencial na Administração Pública Brasileira que, de forma inovadora, propõe a formação de um quadro de competência técnico-científica. Por muitos anos o ensino da administração pública foi fundamentalmente fragmentado. Os principais conteúdos eram derivados da escola de administração científica com destaque para a organização e métodos, cargos e salários e compra de materiais, complementados com uma grande ênfase no direito administrativo e constitucional.

Na esfera das Organizações Públicas, diante do fato de que o recrutamento é feito via concurso, a necessidade maior é a de aperfeiçoar os quadros existentes e aqueles que por ventura venham a ser selecionados e que ainda não possuem uma formação específica ou mesmo prática em processos de gestão mais eficientes e eficazes no que se refere à atuação do Estado. Além disso, com a crescente participação das organizações não governamentais e sociais em atividades, ações e Políticas Públicas, percebe-se a necessidade de formação de quadros que venham a atuar nessas Organizações e que estejam, igualmente, atentos aos avanços e necessidade das novas práticas da Gestão Pública.

Os avanços ocorridos nos últimos anos provocaram a crescente incorporação de novas tecnologias nos processos de produção e provisão do serviço público. Um dos desafios para o Estado reside em desenvolver a capacidade de selecionar e reter tecnologias de informação que se constituam em ativos estratégicos dessa nova realidade, de modo a influenciar decisivamente novos processos de formulação e de tomada de decisão que incorporem esses avanços tecnológicos no campo das políticas públicas.

A UFCG oferecerá um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, direcionado à formação de profissionais que possam atuar nessa área com o propósito de atender às demandas contemporâneas e às exigências do novo milênio na esfera pública; além de suprir uma lacuna existente na formação deste profissional na Região Nordeste, mais especificamente no Estado da Paraíba. Em face do exposto, o curso se justifica por possibilitar ao tecnólogo egresso um currículo atualizado, que propiciará formação e conhecimento que permitam uma melhoria da gestão pública.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, através de um conjunto de disciplinas, estuda de forma crítica e objetiva a gestão pública, os processos políticos e econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes, com a finalidade de fundamentar um corpus de conhecimento verificável.

A concepção da sociedade como um fato natural data de Aristóteles, mas só ressurgiu com força no século XVIII com Montesquieu e a idéia de estabelecer leis explicativas da natureza social. Mais tarde, no campo das Ciências Humanas, os economistas foram os primeiros a formular leis sociais, comparando-as com as leis físicas, como explicação científica para o funcionamento do mercado e do comportamento dos agentes econômicos. Para explicar os fenômenos sociais e políticos que remontam ao iluminismo, um ponto de partida são as obras seminais de Hobbes, Locke e Rousseau sobre a relação contratual entre o Estado e a Sociedade.

A participação da sociedade na gestão pública remonta ao final do século passado, de onde se destaca as experiências da Prefeitura de Porto Alegre-RS. A essência destas experiências, efetivadas por várias outras prefeituras, consiste uma política de descentralização do poder no Estado brasileiro cuja gênese é a Constituição Federal de 1988 que, anula a centralização administrativa do período anterior. Este marco jurídico instituiu um novo paradigma de poder do Estado. Exemplo consistente são as Leis Orgânicas Municipais, elaboradas pelos legisladores locais que permitem aos municípios brasileiros gozarem de uma relativa autonomia política e financeira, de planejarem e executarem políticas de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, bem como de realizarem as políticas públicas

vinculadas aos programas federais. Esta descentralização fomentou um processo de participação da sociedade civil no poder municipal e este no plano federal.

O novo modelo de gestão do Estado depende de uma administração pública democrática e flexível, onde as decisões são descentralizadas numa dinâmica participativa. O processo de descentralização do Estado transfere, para os municípios, grande parte da responsabilidade pela solução dos problemas estruturais que dizem respeito aos serviços públicos essenciais.

Esse novo gestor, flexível, transparente e democrático, que se desenvolveu a partir de um marco jurídico e político, a CF/88, conta, sobretudo, com a disposição da sociedade civil em avançar na realização dos direitos que a Carta Constitucional estabelece, com destaque ao direito fundamental ao desenvolvimento. Assim, as diretrizes que os princípios constitucionais estabelecem, a exemplo dos princípios da legalidade, moralidade e da eficiência, indicam ao gestor público o desenvolvimento de uma política administrativa centrada no planejamento de políticas públicas.

Estes indicadores, de uma consolidação do processo democrático, tornam a gestão pública um campo de formação, na perspectiva de fortalecer a sociedade, ao permitir uma compreensão sistêmica e científica da administração pública. Neste sentido, Silva (1998) firma que o fundamento da democracia é o poder local, portanto, fortalecê-lo torna a democracia mais robusta.

Assim, as decisões da administração pública têm como paradigma mediador entre as políticas públicas e a sociedade a figura do tecnólogo, este atuando como agente na definição de prioridades, na negociação de interesses setoriais e sociais, na definição de critérios para a utilização dos recursos públicos e na sustentação de políticas estruturadoras, calcados na democracia participativa, ou seja, com a efetiva participação popular.

A gestão pública com a atuação do tecnólogo, além de tornar a sua dinâmica mais participativa, permitirá uma maior transparência no uso dos recursos públicos. Assim, as decisões, com o incentivo do cidadão e da sociedade civil, têm na figura do tecnólogo um parceiro das políticas públicas, norteador uma administração participativa, ajustada às exigências dos direitos fundamentais. (Nogueira, 1998).

Esta política busca a sustentabilidade em termos práticos, é que tal idéia abre caminhos para o desenvolvimento, harmonizando os objetivos sociais com a função econômica num espírito de solidariedade com as futuras gerações. Sachs (1986), conceitua desenvolvimento como uma finalidade para a sociedade. Essa finalidade tem como termos intermediários aspirações para assegurar e elevar o padrão de vida, destacando-se a renda, a saúde, a educação e o bem-estar social.

Por fim, a gestão pública deve adotar novas estratégias para obtenção de uma administração que esteja adequada a realidade dos tempos atuais, assim, o conceito de desenvolvimento serve à idéia de uma sustentabilidade que tenha como base o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, numa política holística de harmonia, responsabilidade e comprometimento.

6. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do CDSA/UFCG objetiva propiciar atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre a administração pública, proporcionando, assim, uma formação teórica e metodológica nas áreas que compõem este campo científico e, habilitá-los para o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, para que estes possam estabelecer relações produtivas com a pesquisa e a prática social, oportunizando, portanto, uma unidade entre teoria e prática que estimulem uma atuação que respeite e permita o direito ao desenvolvimento. Outrossim, pretende dotar o tecnólogo de ferramentas básicas para elaboração, reflexão e prática de projetos de políticas públicas que visem captação de recursos para fomento de políticas públicas, bem como para estruturação das mesmas; formar quadros para atuar em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Outro objetivo do curso é oferecer sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo que serão trabalhadas durante o curso.

7. METODOLOGIA DE ENSINO

O trabalho desenvolvido durante o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CDSA/UFCG tem como pressuposto o respeito à diversidade cultural e social da região semiárida, além de vislumbrar o conhecimento como instrumento de compreensão do mundo e de si mesmo, buscando promover uma visão ampla do mundo profissional, articulando os processos de conhecimento com o crescimento integral da pessoa humana.

O curso desenvolve conteúdos teóricos- práticos sintonizados com o conjunto de competências e habilidades inerentes à gestão e compreensão dos processos que envolvem as ações e atividades inerentes a atuação do Estado, bem como atividades no contexto de organizações sociais envolvidas com ações de caráter público, garantindo, assim, ao profissional egresso o pleno domínio de sua função.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino, e constitui-se como fundamental para o processo de formação do tecnólogo em Gestão Pública.

A metodologia de ensino das matérias previstas para o Curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos independentes e seminários, inclui mecanismos que garantam a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos. Incluem recursos, como: multimídia, visitas técnicas, internet e outros mecanismos.

No Curso de Gestão Pública, de acordo com os princípios democráticos, o corpo docente detém a autonomia e controle de seu próprio processo de trabalho ao buscar clarear e manter a sua identidade. Os princípios comuns relacionados neste documento permitem a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes à sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo Curso e pelo componente curricular, de forma a desenvolver as habilidades e competências esperadas no campo teórico e prático.

No seu fazer pedagógico o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta, do que com a quantidade de informações. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a

ponte entre teoria e prática, fundamentar críticas, argumentar com base em fatos, enfim, lidar com o sentimento que essa aprendizagem possa estar despertando.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, que privilegiem mais o raciocínio que a memória, que seja instrumento a favor da interação entre o professor e o aluno, e também da inter-relação entre os alunos em busca da construção de conhecimentos coletivos. As estratégias de ensino terão maior significância e serão mais eficazes se os conteúdos forem tratados de forma contextualizada, de modo que o conhecimento possa ser relacionado com a prática e com a experiência, pois o contexto mais significativo ao aluno é o que está próximo dele: sua vida pessoal, seu cotidiano, sua vivência – é por meio desta tríade que o aluno poderá fazer a ponte entre o que se aprende no Curso e o que se faz e vive no dia-a-dia. É na seleção de procedimentos adequados, que o professor e o aluno terão oportunidades de vivenciar a cidadania. Nessa vivência cotidiana, portanto, deve estar presente o respeito mútuo, o saber lidar com o outro, e a consideração aos sentimentos.

Ao selecionar e organizar os conteúdos o professor deverá também estar buscando a relação entre a teoria e a prática, por meio de conteúdos curriculares mais próximos e familiares ao aluno, incluindo situações de trabalho e do exercício da cidadania. Deve, ainda, ter em mente a visão orgânica e a relação entre as diferentes áreas do conhecimento, para que possa se evidenciar o diálogo e a interação entre as partes de um saber comum (interdisciplinaridade). A complementaridade entre disciplinas e os conteúdos deverá aparecer na relação estabelecida entre professores por meio de projetos de estudos, pesquisas e ações a serem obtidas a partir de um diálogo permanente.

Considerar-se-á que o corpo de conhecimento da área da gestão é composto por conteúdos que não devem ser abordados de forma linear e fragmentada, mas de forma a se criar uma rede de conhecimentos integrados. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários, entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica viabilizará a integração dos conteúdos vistos ao longo do Curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada.

Para o tecnólogo em Gestão Pública é de fundamental importância o uso de técnicas de ensino cuja dinâmica permita estabelecer relações entre os diversos conteúdos do Curso e sua aplicação. As atividades delineadas a partir da proposta metodológica devem retratar esse aspecto pragmático, baseadas em uma fundamentação teórica consistente. Dentro desta perspectiva, para o Curso, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo período do Curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes períodos;
- Organização de laboratório que permita a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos egressos do Curso;
- Projetos de integração entre os diferentes períodos que contribuam para a formação profissional dos alunos; e
- Realização de atividades complementares flexíveis capazes de oferecer maiores informações a respeito da realidade a ser enfrentada pelo egresso de Gestão Pública.

Por fim, o proceder didático, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este Curso, estará voltado para a formação de um profissional que sabe fazer, a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a Gestão Pública, a administração, a sociedade e o trabalho.

8. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Em seu processo didático- pedagógico, concebido e ofertado segundo a demanda do mercado (local e regional) e apresentando uma organização curricular interdisciplinar, flexível e contextualizada, em conformidade com a necessidade prática profissional da

região e com a base científica e tecnológica, o curso deve garantir, em seu término, necessariamente, um profissional envolvido com:

- a) Responsabilidade social, a justiça e a ética profissional;
- b) A formação humanística e a visão global para compreender o meio onde está inserido e para tomar decisões em um mundo intercultural e globalizado;
- c) A formação técnica e científica para atuar no mercado e desenvolver atividades específicas da prática profissional;
- d) A compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional
- e) A preparação para ser um agente transformador no meio profissional em que atua;
- f) O domínio da comunicação interpessoal;
- g) A capacidade para levantar, analisar e criticar documentos;
- h) A independência e a curiosidade intelectuais;
- i) A capacidade de trabalhar em equipe;
- j) A autonomia profissional e intelectual;
- k) Aptidão para superar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado e das condições do exercício profissional;
- l) A formação de uma consciência cultural compromissada com a preservação do meio ambiente e com sua sustentabilidade.

Com o intuito de alcançar os objetivos e considerando as diretrizes estabelecidas, se propõe as seguintes estratégias de ação para o Curso: atuação do Colegiado do Curso, órgão consultivo em matéria administrativa e disciplinar e deliberativo em matéria didático-científica, constituído por discentes e docentes, numa gestão democrática e participativa das atividades desenvolvidas a partir de diretrizes definidas por este Projeto Pedagógico:

- Criação e desenvolvimento de meios de comunicação efetivos dentro da comunidade interna e entre esta e a sociedade em geral;
- Realização de eventos que possibilitem o intercâmbio e a ligação da comunidade interna com profissionais e personalidades de relevância, que sirvam de

referencia e seja motivo de debate para a comunidade acadêmica, para o mercado ou para a sociedade em geral;

- Encontros regulares para refletir a Gestão Pública e/ou outros temas de interesse;
- Organização de eventos abertos à comunidade acadêmica e à comunidade em geral para aprofundamentos, socialização e sistematização de temáticas pertinentes a gestão pública
- Reuniões de acompanhamento do Curso e do rendimento acadêmico; e,
- Participação de representantes do Curso (docentes e discentes) em colegiados e conselhos de entidades representativas da sociedade, em estudos de casos, e em Fórum de discussão envolvendo Órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do CDSA/UFCG será dotado de uma formação multidisciplinar integrada e crítica sobre a gestão pública, especialmente do semiárido brasileiro, assim, deverá ser um profissional que viabilizará soluções, sendo capaz de planejar, executar e controlar os processos inerentes a administração pública e de interesse social e, também, estar preparado para trabalhar em organizações privadas de interesse social e do terceiro setor, tanto no âmbito municipal, estadual ou federal.

Estas competências serão pautadas em sólido conhecimento sobre aspectos legais específicos, excelência na gestão de pessoas e recursos, visão sistêmica, capacidade de comunicação e trabalho em equipe devendo ter, também, capacidade de liderança, capacidade de planejamento, implementação e gerenciamento de programas, projetos e políticas públicas.

10. ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

10.1 Campo de Atuação Profissional

O tecnólogo em Gestão Pública é um profissional apto a atuar em instituições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal. O desenvolvimento de suas atividades centra-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, buscando, em razão do seu conhecimento sobre as regulamentações legais específicas, a otimização da capacidade da administração pública.

Com a possibilidade de, também, atuar como pesquisador em atividades da área de planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, empresas privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

10.2 Competências, Atitudes e Habilidades

As competências, atitudes e habilidades do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública CDSA/UFCG estão organicamente amalgamadas às reflexões explicitadas nas diretrizes presentes na LDB (Lei nº 9394/96) e demais legislações pertinentes à formação de tecnólogos. Como salientado acima, a concepção de atuação do egresso comunga com o princípio segundo o qual a ação técnica se situa num complexo contexto sócio-econômico, cultural, político e histórico e, por isso mesmo, deve ser encarada como uma prática capaz de responder qualitativamente às demandas da plural sociedade brasileira, inserida, por sua vez, num contexto de articulação global. As habilidades, competências e atitudes do tecnólogo em Gestão Pública devem estar, pois, ligadas à idéia de que o conhecimento a ser construído deve ser globalizado e relacional, de modo que possam estar articuladas em torno de problemas, hipóteses ou de questões que exijam, para a sua adequada compreensão, informações de diferentes áreas.

As habilidades estão intimamente relacionadas à capacidade de articular diferentes modelos teóricos, para o atendimento eficaz da específica demanda da sociedade brasileira e

paraibana, por uma atuação de liderança contextualizada e que leve em consideração a sua formação sócio-cultural, étnica e religiosa. Neste sentido, implicam não a pura e simples operacionalização desses diferentes modelos de intervenção, mas, também, a reflexão sobre o alcance e os limites dos mesmos.

Tendo em vista tais exigências impostas pela conjuntura das sociedades contemporâneas, faz-se imprescindível que os tecnólogos em Gestão Pública tenham competências e habilidades embasadas na autonomia intelectual e política, em sentido mais amplo. A autonomia intelectual está intimamente relacionada à competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, que somente poderá ser plenamente satisfatória a partir do domínio da bibliografia e da metodologia básica, estas últimas inadiáveis para que a capacidade analítica – imprescindível no mundo contemporâneo, marcado por crescente exigência de reflexividade social – não seja prejudicada e comprometa uma fecunda atuação profissional. Além das referidas competências e habilidades, os compromissos sociais e éticos devem ser a bússola para a orientação de um fazer que não se limite a meramente reproduzir passivamente a vida social, mas serem capazes de renová-la e mesmo de criar novas formas de atuação.

Pelo exposto, depreende-se que o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CDSA/UFCG em questão enfoca um modelo de formação centrado tanto na dimensão cognitiva (conhecimento e raciocínio) como na dimensão moral e ética, envolvendo, portanto, uma capacitação voltada, simultaneamente, para a prática profissional e para o exercício da cidadania. Para tanto, esses profissionais devem desenvolver também competência na utilização eficiente da informação, tanto no sentido de apropriá-la como no sentido de disseminá-la. Devem, ainda, ter domínio dos conteúdos básicos, bem como dos métodos e técnicas que permitam o trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança. Outras habilidades e competências:

- a) Compreender e participar do planejamento das atividades administrativas dos órgãos públicos e terceiro setor, sejam atividades meio, sejam atividades ligadas à política urbana ou social;

- b) Conhecer a operacionalização de processos inerentes à administração pública: licitações, contratos, prestações de contas, cálculos de benefícios funcionais e previdenciários;
- c) Utilizar técnicas gerenciais e contábeis, bem como realizar análises sobre a viabilidade de projetos voltados para o incremento da eficiência na gestão pública;
- d) Planejar estrategicamente intervenções administrativas e colaborar em projetos por meio de metodologias adequadas de planejamento;
- e) Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- f) Conhecer as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;
- g) Interagir com a sociedade por meio da produção de informações e do planejamento da divulgação;
- h) Articular a prática profissional com uma postura de pesquisador das políticas públicas na realidade social que será objeto de seu trabalho profissional;
- i) Equacionar problemas das organizações públicas, com propostas de soluções adequadas e eficientes, através da utilização de conhecimentos de gestão.

11. PERFIL DO DOCENTE FORMADOR

Ao corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do CDSA/UFCG, será atribuída a responsabilidade pelo planejamento e operacionalização do ensino, pesquisa e extensão. O docente deverá ter as seguintes características:

- Envolvimento para construir um conhecimento integrado e contextualizado sobre a realidade do Semiárido, a partir da área a que estará vinculado, de modo a não gerar hiatos entre os conteúdos trabalhados e a realidade sobre a qual deverá refletir, sistematizar e transmitir conhecimentos;

- Inserir-se num Núcleo de Estudos e Pesquisas, e a partir deste construir de forma integrada com outros docentes as estratégias de ensino, os projetos de extensão e os projetos de pesquisa, incentivando e possibilitando a participação coletiva do educando nas ações que visem à construção de alternativas sustentáveis do ponto de vista político, administrativo, econômico, ambiental, social e cultural, para a realidade a qual estará inserido.

12. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública far-se-á mediante²:

I – concurso vestibular;

II – transferência;

III – admissão de graduado;

IV – reingresso;

V – reopção;

VI – programas acadêmicos específicos.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do CDSA/UFCG desenvolver-se-á ao longo de seis períodos letivos no turno noturno, perfazendo um total de atividades durante três anos, compreendendo um total de 120 créditos e 1800 horas. O curso terá a duração mínima de 06 (seis) e máxima de 08 (oito) períodos, podendo o aluno matricular-se em no mínimo 16 (dezesesseis) e no máximo 20 (vinte) créditos por período acadêmico.

A estruturação das disciplinas foi organizada considerando-se a necessidade de garantir a formação profissional desde o início do curso, associando-a as reflexões oriundas

² Resolução CSE/UFCG nº 26/2007, art. 9º.

das disciplinas teóricas. Possibilita-se, assim, aos alunos, apropriarem, refletirem e construir suas ações à medida que vão tendo contato com os conteúdos, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências, integrando, portanto, o conhecimento teórico à prática.

A formação do tecnólogo em Gestão Pública deve contemplar além de experiências práticas, também, àquelas relacionadas à pesquisa e à extensão. Para isso, as atividades ligadas aos projetos de Iniciação Científica e de Extensão serão computadas como Atividades Complementares Flexíveis.

O desempenho das atividades inerentes à área de atuação em Gestão Pública exige uma formação com capacitação profissional que integre conhecimentos técnico-científicos da área de negócios, gestão, administração, finanças, recursos humanos, direito, economia, tecnologia da informação e ética.

Assim, o tecnólogo em gestão pública deve dispor, para a sua formação, de um sólido conhecimento conceitual (conhecimento explícito) aliado a uma capacidade de aplicação destes conhecimentos científicos em sua área de atuação (conhecimento tácito), de forma a compreender o meio social, político, econômico e cultural em que se encontra inserido, bem como, a formação técnica e científica que o habilite a conhecer e intervir no campo da gestão da organização pública.

As disciplinas básicas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública incluem quatro eixos fundamentais: política, direito, administração e economia. Em todos estes quatro eixos, o estudo e a reflexão sobre os autores clássicos e contemporâneos permitirão uma visão ampla das dimensões e cenários que caracterizam a vida social. A formação propiciada pelas teorias clássicas deverá ser organizada a partir de uma dupla perspectiva. Por um lado, através da garantia aos alunos do acesso ampliado a esse conhecimento, que deve ser processado em dois momentos e níveis estratégicos metodologicamente coerentes, quais sejam: através da leitura que identifique os significados que o autor confere às questões estudadas, evitando-se, assim, as práticas de leitura enviesadas; e através de interpretações que busquem decifrar os enigmas e dificuldades do texto. Por outro lado, essa formação clássica não pode permanecer esvaziadas de seus conteúdos e conexões históricas, devendo, portanto, ser submetida criticamente a um diálogo com a produção contemporânea

e com esta mantendo permanentemente interlocução, de modo que continuidades e rupturas possam ser identificadas e trabalhadas.

A imprescindível formação humanista não pode, entretanto, permanecer isolada de questões práticas/tecnológicas, tanto no que concerne ao seu alcance mais geral, como também em seu alcance mais restrito e localizado. Os alunos devem aprender a pensarem os seus espaços potenciais de atuação profissional, mediando permanentemente o saber teórico a uma capacitação técnica. É neste sentido que técnicas de pesquisas quantitativas e qualitativas tornam-se instrumentos cada vez mais necessários aos profissionais que pretendem conhecer e transformar o seu meio. Visando garantir a articulação entre teoria e prática, algumas disciplinas obrigatórias de formação específica contemplam atividades práticas, como Metodologia Científica.

As disciplinas de formação técnica devem ser ministradas com o mesmo espírito, isto é, abarcando tanto as dimensões teóricas como as dimensões técnicas e permitir o exercício do espírito crítico, de modo que possam ser inquiridos e aplicados à compreensão, planejamento, execução e avaliação das situações que envolvem o processo de sistematização da gestão pública.

As disciplinas optativas ou de formação complementar têm o objetivo de garantir a flexibilização curricular, rompendo com a segmentação e garantindo aos discentes a possibilidade de investirem, aspectos consideráveis de seus interesses e necessidades específicas, na construção de seu perfil profissional. Tais disciplinas demonstram-se imprescindíveis em sociedades plurais, que exigem uma educação capaz de formular estratégias e políticas de inclusão. Além disso, estas disciplinas se abrem também para que os discentes busquem complementar a sua formação de modo autônomo, investindo na construção de sua identidade profissional. No elenco de disciplinas optativas, o aluno deverá cursar aquelas que estão previstas no PPC.

Outrossim, as Atividades Complementares Flexíveis, também previstas no PPC, não são compostas por disciplinas, são atividades “extra classe”, realizadas ao longo do Curso e que servem para complementar, enriquecer e flexibilizar a formação aluno. Podemos citar como exemplo de Atividades Complementares Flexíveis a participação em cursos, seminários, monitoria, estágio não obrigatório, entre outras.

Ao lado destas, os Projetos Integradores, inseridos no currículo do primeiro ao quinto período, têm o objetivo de fazer, pontualmente, a integração das disciplinas ministradas em cada período, bem como de projetos capazes de promover a associação dos conteúdos disciplinares e a articulação desses conteúdos com as experiências individuais e coletivas. Dessa forma, garante-se, a um só tempo, a prática da interdisciplinaridade e a interação dos discentes com os espaços de futura atuação profissional.

A organização curricular proposta pela UFCG para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública observa as exigências desta Universidade, sendo idealizada de forma a atender às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais e legislação vigente no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação teórico-prática, bem como, a nomenclatura do Curso, aos conteúdos obrigatórios, carga horária total, à distribuição da carga horária entre os núcleos de formação básica e profissional, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional.

13.1. Organização do Trabalho Pedagógico

- **Aulas presenciais:** estas aulas podem ser expositivas, compreendendo as disciplinas do **Núcleo de Formação Básica, Núcleo de Formação Específica e Núcleo de Formação Integradora;**
- **Grupos de pesquisa e extensão:** cada núcleo deverá organizar grupos de pesquisa de acordo com sua área de conhecimento e envolver os estudantes **dos diferentes cursos da Unidade Acadêmica**, distribuídos por núcleos de estudos, pesquisa e extensão assim organizados. As disciplinas com seus respectivos docentes estarão organizados academicamente nos respectivos núcleos;
- **Iniciação científica:** A inserção dos estudantes nos programas de iniciação científica existentes na UFCG por meio de edital de seleção pública de projetos de pesquisa e bolsistas, tem como referencia a necessidade de sua formação enquanto pesquisadores e deverá ser fundamental ao longo da formação acadêmica dos estudantes.

- **Programa de monitoria:** inserção dos estudantes nos programas de monitoria da UFCG, especificamente da UaEduc, tendo nas disciplinas da matriz curricular do próprio curso o eixo norteador para tal inserção.

13.2. Matriz Curricular

A matriz curricular está organizada em três níveis de formação articulados e integrados, que se refletirá na organização docente da Unidade Acadêmica da Educação do Campo. O Curso observará em sua estruturação a oferta de disciplinas por estudos assim constituídos:

Núcleos	Créditos	Carga Horária	%
Componentes Curriculares de Formação Básica	40	600	33,3
Componentes Curriculares de Formação Específica	56	840	46,7
Componentes de Formação Integradora (Componentes Curriculares Complementares)			
Obrigatórios	08	120	6,7
Flexíveis	08	120	6,7
Optativos	08	120	6,7
Total	120	1.800	100

13.2.1. Formação Básica

A formação básica caracteriza-se pela formação geral do aluno e pauta-se nos conhecimentos advindos da Política, Direito, Filosofia, Linguagem, Economia, Sociologia, Administração e Contabilidade.

Os componentes curriculares integrantes da formação básica são constituídos por 12 (doze) disciplinas distribuídas por áreas de conhecimento numa carga horária total de 600 (seiscentas) horas e 40 (quarenta) créditos, que serão integralizadas ao longo do curso.

ÁREA	DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS	C/H	CR
Linguagens e suas Tecnologias	Prática de Leitura e Produção de Textos		60	04
Pesquisa	Metodologia Científica		60	04
Economia	Fundamentos da Economia		60	04
	Estatística Básica	Matemática Financeira	30	02
Estudos das Tecnologias e da Comunicação	Informática Básica		30	02
Direito	Instituições de Direito Público e Privado		60	04
	Direito Constitucional	Instituições do Direito Público e Privado	60	04
Política	Teoria Política do Estado		60	04
Filosofia	Ética		30	02
Contabilidade	Controles Internos e Externos da Gestão Pública		60	04
Sociologia	Fundamentos de Sociologia		60	04
	Projeto de Pesquisa		30	02
Total do Núcleo			600	40

13.2.2. Formação Específica

A formação específica tem como finalidade construir competências profissionais para o exercício eficiente e eficaz em atividades requeridas na natureza do trabalho na gestão pública – incluindo conhecimentos da Administração, Direito, Economia, Ciência Política e Ciências Contábeis, possibilitando o “estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da Administração Pública em seus vários níveis e esferas” e conhecimentos que oportunizam compreender, problematizar e intervir na organização dos trabalhos administrativo e político na sua totalidade (planejamento e gestão). Que conhecimentos são necessários ao Tecnólogo em Gestão Pública para que possa desenvolver seu trabalho? Qual a concepção de sociedade, sistema gestor e Administração Pública?

Os componentes curriculares integrantes da formação específica são constituídos por 15 (quinze) disciplinas distribuídas por áreas de conhecimento numa carga horária total de 840 (oitocentos e quarenta) horas e 56 (cinquenta e seis) créditos, que serão integralizadas ao longo do curso.

ÁREA	DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS	C/H	CR
Administração	Fundamentos e Teorias da Administração		60	04
	Administração Estratégica	Fundamentos e Teorias da Administração	60	04
	Gestão de Pessoas na Administração Pública		60	04
	Gestão Pública Sustentável		60	04
	Logística e Patrimônio na Administração Pública	Administração Estratégica	60	04
	Padrões de Relação Executivo-Legislativo		60	04
	Federalismo Fiscal		60	04
	Avaliação de Políticas Públicas	Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas	60	04
Economia	Gestão das Organizações do Terceiro Setor		60	04
	Matemática Financeira	Fundamentos da Economia	60	04
	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Públicos		60	04
Direito	Direito Administrativo	Direito Constitucional	60	04
	Direito Tributário		30	02
	Teoria Geral do Processo		60	04
	Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas	Teoria Política do Estado	30	02
TOTAL			840	56

13.2.3. Formação Integradora (Componentes Curriculares Complementares)

A Formação Integradora tem como objetivo propiciar atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. A formação integradora é orientada pela seguinte

questão: quais os conhecimentos e saberes fundamentais para a formação de profissionais críticos, reflexivos e autônomos para o exercício da Gestão Pública?

MODALIDADE	DISCIPLINAS	C/H	CR
Obrigatórios	Estágio Supervisionado	60	04
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	04
Atividades Complementares Flexíveis	Atividades de Enriquecimento Didático, Curricular, Científico e Cultural	120	08
Optativos	Sociologia Urbana	30	02
	Marketing na Gestão Pública	30	02
	Sociologia Ambiental	30	02
	Direito Regulatório	30	02
	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano	60	04
	Contabilidade Ambiental	60	04
	Economia Rural	60	04
	Filosofia Política	30	02
	Direito Ambiental	30	02
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
	Estado e Políticas Públicas	60	04
	Economia Política	60	04
	Tópicos Especiais em Gestão Pública	30	02
TOTAL*		360	24

*considerando apenas 8 créditos de disciplina optativa

a) Estágio

O Estágio acontecerá a partir do sexto período e contemplará diferentes aspectos: planejamento, gestão e avaliação de processos, nas diferentes dimensões da Gestão Pública.

As turmas de estágio a serem formadas deverão ter, no máximo, 17 (dezessete) alunos, sob a orientação de um professor, que coordenará as atividades relacionadas à gestão e à pesquisa. Cada turma executará um projeto coletivo que deverá congrega investigações, a serem realizadas em duplas, em torno de um mesmo tema.

Ao final do Estágio, o estudante apresentará os resultados de suas investigações sob a

forma de um relatório. De forma detalhada, temos que o Estágio possui 4 (quatro) créditos. Em síntese, temos 04 créditos no total em estágio, formalizando 60 horas/aula.

Assim, o Estágio Curricular Supervisionado será objeto de regulamentação pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública - CDSA/UFCG, por meio de legislação específica.

b) Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso terá caráter obrigatório para todos os alunos e ocorrerá no último período do curso, tendo carga horária total de 60 horas correspondente a 04 créditos.

O trabalho de conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública será objeto de regulamentação pelo Colegiado do Curso por meio de resolução específica.

No TCC, o aluno elaborará um trabalho que será apresentado, ao final do período, a uma comissão de professores, conforme regulamentação do colegiado de curso. O trabalho de conclusão de curso será um artigo científico ou um relatório de estágio.

No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a orientação será individual nas questões de conteúdo e em pequenos grupos, quando se tratar de questões metodológicas, feita por um professor do quadro do curso. O estudante deverá escolher um docente da instituição, conforme o regulamento do colegiado de curso.

A função do orientador é analisar e avaliar o projeto de TCC e orientar o aluno quanto à elaboração do trabalho, conduzindo-o até a entrega.

c) Atividades Complementares Flexíveis

Estudos curriculares, projetos de iniciação científica, monitoria, extensão, estágio não obrigatório, publicações, participação em eventos acadêmicos e Seminários Integradores compõem as atividades complementares flexíveis, integralizando um total de 120 horas, correspondente a 8 créditos. No penúltimo período letivo, o Colegiado do Curso apreciará as

solicitações de reconhecimento das atividades de enriquecimento curricular realizadas pelos alunos, considerando a sua pertinência quanto ao alargamento das experiências dos estudantes e consolidação da sua formação. Através de processo formalizado à Pró-Reitoria de Ensino, as atividades realizadas pelo discente e aprovadas pelo Colegiado do Curso serão registradas no histórico escolar do aluno como conteúdos complementares flexíveis. Os critérios para o aproveitamento dessas atividades serão definidos através de Resolução a ser estabelecida pelo Colegiado do Curso.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO CULTURAIS		
Participação em Seminários, Congressos, Palestras, Oficinas, Minicursos, Mesas Redondas, Simpósios, Semanas Pedagógicas e ou Culturais e Projetos Institucionais.	Número de Créditos	Carga Horária (horas)
TOTAL	08	120

Equivalência entre Atividades e Pontuação

ATIVIDADES	NATUREZA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Iniciação à Extensão	Participação do aluno em Projetos/ Programas de extensão como bolsista ou voluntário	Máximo de 60 pontos /04 créditos
Iniciação Científica	Participação do aluno em projetos de pesquisa como bolsista ou voluntário	Máximo de 60 pontos /04 créditos
Eventos Acadêmicos	Participação em Evento Acadêmicos, da área de Gestão ou afins (local, regional, nacional ou internacional). Mediante apresentação de Certificado	05 pontos por evento / Máximo de 15 pontos/01 crédito
Publicação	Artigos em Jornais ou Revistas. Sendo uma publicação local	05 pontos Máximo de 15 pontos/01 crédito
Publicação	Artigos em Jornais ou Revistas. Sendo uma publicação regional ou nacional	15 pontos Máximo de 30 pontos/01 crédito
Publicação de trabalhos científicos	Trabalhos publicados em periódicos científicos, com ISSN, impresso ou em meio digital, com autoria individual ou co-autoria	10 por trabalho / Máximo de 30 pontos/02 créditos
Outros Programas Institucionais	Participação em programas de iniciação artístico-cultural, apoio técnico e similares.	30 pontos por semestre / Máximo

		de 60 pontos/04 créditos
Outras atividades acadêmicas	Mini-cursos, oficinas e outras atividades de formação.	01 ponto por cada hora comprovada de atividade. O máximo de 20 pontos/01 crédito
Assessoria	Assessoria a movimentos sociais, na área de gestão, com acompanhamento de professor orientador	20 pontos Maximo 40 pontos/02 créditos
Outros	Todas as atividades não previstas e avaliadas pelo Colegiado do Curso como relevantes para a formação acadêmica do aluno.	Limite de 20 pontos/01 crédito
Seminários	Seminário Integrador I (Introdução ao Estudo do Semiárido)	30 pontos/2 créditos
	Seminário Integrador II	30 pontos/2 créditos

d) Disciplinas Optativas

As disciplinas optativas destinam-se ao atendimento de interesses e necessidades individuais dos estudantes e poderão ser escolhidas entre qualquer uma do elenco das disciplinas previstas no PPC. Os estudantes deverão cursar, no mínimo, **120 (cento e vinte)** horas de carga horária no decorrer do curso de disciplinas optativas.

➤ Tópicos Especiais em Gestão Pública

Na estrutura curricular do curso haverá a possibilidade do docente oferecer uma disciplina relevante que se adéque à demanda do mercado e do curso, cujo conteúdo e ementa serão definidos previamente e aprovado pela Assembléia da Unidade Acadêmica. A possibilidade de oferecer uma disciplina de tópicos flexibiliza a matriz curricular da graduação viabilizando o debate de novos conteúdos que sejam relevantes para a formação do tecnólogo em gestão pública, conforme regulamentação do colegiado de curso.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Carga horária	Créditos
Sociologia Urbana	30	02
Marketing na Gestão Pública	30	02
Sociologia Ambiental	30	02
Direito Regulatório	30	02
Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano	60	04
Contabilidade Ambiental	60	04
Economia Rural	60	04
Filosofia Política	30	02
Direito Ambiental	30	02
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
Estado e Políticas Públicas	60	04
Economia Política	60	04
Tópicos Especiais em Gestão Pública	30	02

Considerando apenas 8 créditos de disciplina optativa

14. EXECUÇÃO CURRICULAR POR PERÍODO ACADÊMICO

PRIMEIRO PERÍODO

Nº	Disciplinas	Pré-requisito	Créditos	Carga Horária
01	Fundamentos e Teorias da Administração	-	04	60
02	Instituições de Direito Público e Privado	-	04	60
03	Fundamentos da Economia	-	04	60
04	Prática de Leitura e Produção de Textos	-	04	60
05	Teoria Política do Estado	-	04	60
TOTAL			20	300

SEGUNDO PERÍODO

Nº	Disciplinas	Pré-requisito	Créditos	Carga Horária
06	Administração Estratégica	Fundamentos e Teorias da Administração	04	60
07	Metodologia Científica	-	04	60
08	Direito Constitucional	Instituições de Direito Público e Privado	04	60
09	Informática Básica	-	02	30
10	Matemática Financeira	Fundamentos da Economia	04	60
11	Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas	Teoria Política do Estado	02	30
TOTAL			20	300

TERCEIRO PERÍODO

Nº	Disciplinas	Pré-requisito	Créditos	Carga Horária
12	Gestão de Pessoas na Administração Pública	-	04	60
13	Direito Administrativo	Direito Constitucional	04	60
14	Estatística Básica	Matemática Financeira	02	30
15	Controles Internos e Externos da Gestão Pública	-	04	60
16	Ética	-	02	30
17	Padrões de Relação Executivo-Legislativo	-	04	60
TOTAL			20	300

QUARTO PERÍODO

Nº	Disciplinas	Pré-requisito	Créditos	Carga Horária
18	Logística e Patrimônio na Administração Pública	Administração Estratégica	04	60
19	Fundamentos de Sociologia	-	04	60
20	Teoria Geral do Processo	-	04	60
21	Federalismo Fiscal	-	04	60
22	Optativa	-	02	30
TOTAL			18	270

QUINTO PERÍODO

Nº	Disciplinas	Pré-requisito	Créditos	Carga Horária
23	Gestão Pública Sustentável	-	04	60
24	Direito Tributário	-	02	30
25	Gestão das Organizações do Terceiro Setor	-	04	60
26	Projeto de Pesquisa	-	02	30
27	Avaliação de Políticas Públicas	Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas	04	60
28	Optativa	-	04	60
TOTAL			20	300

SEXTO PERÍODO

Nº	Disciplinas	Pré-requisito	Créditos	Carga Horária
29	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Públicos	-	04	60
30	Trabalho de Conclusão de Curso	Projeto de Pesquisa	04	60
31	Estágio Supervisionado	Projeto de Pesquisa	04	60
32	Optativa	-	02	30
TOTAL			14	210

15. CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO

15.1. Infra- estrutura

A UFCG oferecerá, através do CDSA e da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, a infra-estrutura física necessária para o desenvolvimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, incluindo salas de aula, laboratórios de Prática de Políticas Públicas e de Informática, espaços de convivência, auditório e biblioteca, que será instalado num terreno contíguo à Escola Agrotécnica de Sumé (EAS) doado à UFCG por intermédio da Lei Nº 900/2005 do Município de Sumé.

Inicialmente o Curso funcionará na EAS, que possui uma estrutura física para o início das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para isso foram realizadas reformas em algumas estruturas já existentes.

15.2. Recursos Humanos

Atualmente o curso possui dois laboratórios, sendo um em Políticas Públicas e outro em Marcos Regulatórios da Gestão Pública, contando com 7 (sete) professores. Temos dois cientistas políticos, dois juristas, uma administradora e dois economistas. Sendo esses, dois doutores, cinco mestres (dois doutorandos). Além desse quadro fixo de professores, ainda temos professores de outras áreas, como Linguagem e Literatura, que apóiam a equipe do curso, sendo todos da mesma unidade acadêmica. O presente curso tem em seus docentes um aporte relevante para desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Esses atualmente desenvolvem pesquisas em diversas áreas conexas com a gestão pública, bem como atividades de extensão e ensino.

16. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

16.1. Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

Tendo concepção emancipatória do processo avaliativo como fundamento, respeitando a autonomia do professor, as normas estabelecidas na legislação – nacional e local – pertinente e as especificidades teórico-metodológicas dos vários componentes curriculares, a avaliação do ensino-aprendizagem, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, será realizada de forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem do Curso será realizada de acordo com o que determina os Artigos 68 a 76 da Resolução CSE/UFCG 26/07, que homologa o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.

Mediante procedimentos adequados aos respectivos componentes curriculares, o processo avaliativo, superando o caráter classificatório, cumprirá o papel de fornecer subsídios para a reorientação e o aprimoramento do processo pedagógico e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do curso.

16.2. Critérios de Aproveitamento e Procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas

Atendendo ao o artigo 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, os critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas, se darão em conformidade com o disposto na seção IV da Resolução 26/2007, que Homologa o Regulamento de Ensino da UFCG.

16.3. Avaliação do Projeto do Curso

Para realizar o processo de avaliação e acompanhamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, representantes do corpo docente comporão o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esse núcleo é responsável pela formulação do Projeto Pedagógico do Curso, sua implementação e desenvolvimento. Atendendo a Resolução nº 01,

de 17 de Junho de 2010, que normatiza o NDE e dá outras providências.

O Processo de Avaliação do PPC será objeto de regulamentação pelo Colegiado do Curso por meio de resolução específica.

O NDE definirá as regras para seu funcionamento, firmando um calendário de reuniões, a fim de realizar diagnóstico e discussões que identifiquem questões e propostas de mudanças.

Esses aspectos serão base para a estruturação dos instrumentos avaliativos e serão analisados na perspectiva de cada segmento integrante do curso (discente, docente e técnico-administrativo), o que possibilitará uma análise dos olhares de cada grupo de sujeitos em relação a um mesmo aspecto em análise; daí a avaliação ter caráter colaborativo. Também caberá, a ela, aplicar o instrumento e sistematizar os dados obtidos, analisando-os com vistas à produção do relatório conclusivo da avaliação.

Esse relatório será socializado com os sujeitos do curso no período letivo subsequente à aplicação do instrumento avaliativo. Durante a socialização do referido relatório, a equipe responsável pela avaliação deverá: 1) apresentar os resultados de modo a problematizar as condições atuais de funcionamento do curso; 2) construir encaminhamentos voltados à resolução dos problemas detectados; e 3) aperfeiçoar a continuidade e qualidade do processo avaliativo. Após tal socialização, os resultados da avaliação serão submetidos à apreciação dos espaços Colegiados do Curso e da Unidade Acadêmica de Educação do Campo.

A avaliação do curso, considerando os aspectos e a dinâmica apresentados, será realizada anualmente.

17. EXPLICITAÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS A SEREM EXPEDIDOS

Ao término do Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública o discente receberá o diploma de tecnólogo em Gestão Pública, conforme a Resolução CNE/CP nº 3/2002, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

18. FLUXOGRAMA DO CURSO

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. *Orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte*. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) *Sociedade civil e espaço público no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AZANHA, J. M. P. (1987), "Documento sobre o vestibular". *Revista da Faculdade de Educação*, 13 (2): 121-126, São Paulo, Feusp.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. São Paulo: Malheiros, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1995.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.
- _____. MEC/Conselho Nacional de Educação. Parecer 776/1997. *Orienta as diretrizes curriculares dos cursos de graduação*. Brasília, MEC.
- _____. MEC/Conselho Nacional de Educação/CES. Parecer 436/2001. *Trata de cursos superiores de tecnologia – Formação de Tecnólogos*. Brasília, MEC.
- _____. MEC/Conselho Nacional de Educação/CP. Parecer 29/2002, *Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo*. Brasília, MEC.
- _____. MEC/Conselho Nacional de Educação/CES. Parecer 277/2006. *Nova forma de organização da educação profissional e tecnológica de graduação*. Brasília, MEC.
- _____. MEC. Portaria 10/2006. *Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília, MEC.
- _____. MEC. Portaria Normativa 12/2006. *Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília, MEC.
- _____. MEC/Conselho Nacional de Educação/CP. Resolução 03/2002. Brasília, MEC.
- CARDOSO, Irene. (1999), "O discurso da universidade". *Tempo Social*, 11 (1): 49-68, São Paulo, FFLCH-USP.
- DANIEL, Celso. *Conselhos, esfera pública e co-gestão*. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (Org.). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo: PÓLIS, 2000.
- DEMARCHI, Celia. *As boas sementes do cariri paraibano*. *Revista Problemas Brasileiros*. ano 47, n° 392, março/abril, 2009. (disponível no link <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas>).
- ENDERLE, George. *Dicionário de ética econômica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.
- NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. *Poder local e gestão pública: o que há de novo?* Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. UFSC: Florianópolis, 2007.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura Sousa de. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHENINI, Pedro Carlos. NASCIMENTO, Daniel Trento do. *Gestão Pública Sustentável*. Revista de Ciências da Administração. v.4, n.08, jul/dez. 2002. UFSC.

SILVA, Franklin L. (1999), "A experiência universitária entre dois liberalismos". *Tempo Social*, 11 (1): 1-47, São Paulo, FFLCH-USP.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e participação na "reforma" do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003.

VILLA, Mariano Moreno. *Dicionário de pensamento contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2000.

20 – EMENTÁRIO

20.1 Disciplinas de Formação Básica

DISCIPLINA: Prática de Leitura e Produção de Textos	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Concepções de leitura. Estratégias leitoras. Esquematização e sumarização. Esquemas, resumos e sumários de textos. Análise e produção de gêneros acadêmico-científicos (fichamento, resenha, relatório e artigo científico).	
OBJETIVO: Compreender as diversas concepções de leitura e suas implicações para a formação do aluno-leitor e produtor de textos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARROS, Aidil de Jesus de; LEHFELD, Neide Aparecida. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2002. KOCH, Ingedore Villaça. & ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. LEFFA, Wilson J; PEREIRA, Aracy E. O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação. Pelotas - RS: Educat, 1999. MACHADO, Anna Rachel (coord.); ABREU-TARDELI, Lília Santos; LOUSADA, Eliane. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. MACHADO, Anna Rachel (coord.); ABREU-TARDELI, Lília Santos; LOUSADA, Eliane. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2001. KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura: teoria e prática. 8 ed. Campinas: Pontes, 2001. LIMA, Regina Célia de Carvalho Pascoal (org.). Leituras: múltiplos olhares. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005. SERAFINI, M ^a Teresa. Como escrever textos. Rio de Janeiro: Globo, 1989. TEBEROSKY, Ana et al. Compreensão de leitura: a língua como procedimento. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.	

DISCIPLINA: Fundamentos da Economia	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Fundamentos conceituais da economia.. Modelos microeconômicos. Mercados e preços. Demanda e oferta. Estruturas de mercado. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Política econômica. Mercado de câmbio e competitividade; comércio internacional e balanço de pagamentos.	
OBJETIVO: Fornecer ao aluno o conhecimento dos fundamentos básicos da economia, tanto da microeconomia, que compreende a tomada de decisão de famílias e empresas e a sua inter- relação, quanto da macroeconomia, que compreende o estudo dos agregados econômicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	

DISCIPLINA: Fundamentos da Economia

EQUIPE de professores da USP. **Manual de Economia**. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
REIS, R.P. **Fundamentos de Economia aplicada**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Luiz Carlos P. **Microeconomia introdutória**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
CORDEIRO, Marcos P; SANTOS, Sérgio A; OLIVEIRA, Jayr F. **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2005.
PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 4ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena de. **Manual de Microeconomia**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas: 2000.
_____, Marco Antonio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena de. **Economia: micro e macro**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
WESSELS, Walter J. **Microeconomia: Teoria e aplicações**. São Paulo: Saraiva 2002.
_____, Walter J. **Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DISCIPLINA: Fundamentos de Sociologia

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: Visão geral da Sociologia. Organização Social. Cultura. Teorias sociais aplicadas às organizações. Processos sociais. Grupos Sociais e Mudanças Sociais. Aspectos sociológicos atuais.

OBJETIVO: Conferir ao aluno uma visão humanizada do mundo, bem como conhecimento acerca da formação da sociedade e o que a compõe e as dinâmicas que a fazem em constante mutação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. **Sociologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Saraiva, 2008.
CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2004.
GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. São Paulo: Artmed, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2008.
MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. Brasília: Brasiliense, 2001.
MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. São Paulo: Artmed, 2010.
SELZNICK, Philip. **Elementos de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

DISCIPLINA: Metodologia Científica	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
<p>EMENTA: Epistemologia; pesquisa científica: conceito, características, métodos e técnicas de pesquisa. A classificação da pesquisa. As etapas da pesquisa científica: problema; formulação de hipóteses; revisão de literatura; definição e operacionalização de variáveis; o delineamento da pesquisa; técnicas de coleta de dados e tratamento de dados (quanti e quali).</p>	
<p>OBJETIVO: Desenvolver habilidades teóricas e técnicas da pesquisa científica com vista à construção do conhecimento; Compreender o significado e a função da pesquisa científica; identificar as diferentes etapas da produção do conhecimento científico; apreender os pressupostos básicos para formulação de um problema de pesquisa; discutir e exercitar as principais técnicas de coleta e tratamento de dados; entender os critérios da redação científica; conhecer os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais do trabalho acadêmico; exercitar a redação científica a partir da construção de um artigo científico (<i>paper</i>)</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Metodologia da pesquisa. 1 Ed. São Paulo: Atlas, 2004. CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002. LAKATOS Eva Maria, MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003. MARCONI, Mariana de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. MEDEIROS, João Bosco. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>	

DISCIPLINA: Estatística Básica	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: Matemática Financeira	
<p>EMENTA: Conceitos Básicos. Variáveis em estatística. Medidas de tendência central e de variabilidade. Introdução à probabilidade. Distribuição Normal. Correlação e Regressão Linear. Estimativa pontual e intervalar para a média e a proporção. Testes de significância para a média. Representação de Dados: representação em tabelas, matriz de dados, gráfico de colunas, gráfico de barra, gráfico de linhas, gráfico de "pizza", diagrama de pareto, histograma, polígono de frequências, diagrama em caixa (box-plot). Utilização de programas estatísticos</p>	
<p>OBJETIVO: Habilitar o estudante para a compreensão da base conceitual e metodológica da estatística requerida no planejamento, análise de dados e interpretação de resultados de pesquisa científica.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBETA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às ciências sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 5 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005. CLARK, Jeffrey; DOWNING, Douglas. Estatística Aplicada. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>	

DISCIPLINA: Estatística Básica

FREUND, John E. & SIMON Gary A. **Estatística aplicada:** economia, administração e contabilidade. Trad.: Alfredo de Farias. 9 Ed. Porto Alegre, Bookman, 2000.

MILONE, Giuseppe. **Estatística Geral e Aplicada.** São Paulo: Thomson Learning, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil.** São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, G. **Estatística geral aplicada.** 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORETTIN, L.G. **Estatística básica.** São Paulo: Makron Books, 2002.

SILVER, Mick. **Estatística para administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Sônia. **Elementos de estatística.** 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DISCIPLINA: Controles internos e externos da Gestão Pública

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: A nova gestão pública no Brasil. Noções de Auditoria: normas brasileiras de auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. Auditoria no Setor Público Federal: princípios, normas técnicas, procedimentos, avaliação de controles internos, papéis de trabalho, relatórios e pareceres. Finalidades e Objetivos da Auditoria Governamental. Escrituração contábil na Administração Pública. A função da controladoria. Sistemas de Controle. Métodos de controle e decisão

OBJETIVO: Desenvolver estudos que venham aprimorar o sistema de informações para fins de análise e controle da receita e das despesas por parte dos órgãos competentes e que venha facilitar o processo de tomada de decisão. Ministrará o ensino na área de contabilidade pública e controladoria com abordagem contábil, técnica e financeira, visando à formação de pessoal capacitado para a tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Contabilidade Pública:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

CATELLI, A. et al. **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica-GECON. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTRO, Robson G. **Contabilidade pública:** integrando união, estados e municípios. São Paulo: Atlas, 2000

SLOMSKI, Valmor. Manual de. **Contabilidade Pública:** um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LINO, M. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional:** conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira, 2003.

PEIXE, B.C.S. **Finanças Públicas. Controladoria Governamental.** Curitiba: Juruá, 2003.

PIRES, João Batista Fortes de S. **Contabilidade Pública.** São Paulo: Franco & Fortes, 2001.

SLOMSKI, V. **Controladoria e Governança na Gestão Pública.** Atlas: São Paulo, 2005.

DISCIPLINA: Ética	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: História da ética. Ética e direito na gestão pública. Conceito de responsabilidade social.	
OBJETIVO: Estudar, na história da filosofia, as questões e os aspectos éticos bem como dos problemas circunscritos ao exercício da liberdade.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTAR, Carlos Eduardo Bianca. Curso de filosofia do direito. São Paulo: Atlas, 2010. CAILLÉ, Alain. LAZZERRI, Christian. SENELLART, Michel. História argumentada da filosofia moral e política. Rio Grande do Sul: Ed. Unisinos, 2001. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: Direito, Moral e Religião no mundo moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARISTÓTELES. Política. Brasília: Ed.UnB, 1988. CANTO-SPERBER, Monique. OGIEN, Ruwen. Que devo fazer? A filosofia moral. Rio Grande do Sul: Ed. Unisinos, 2004. _____. [Orga.] Dicionário de ética e filosofia moral. Rio Grande do Sul: Ed. Unisinos, 2003. SEN, Amartya. Sobre ética e economia. São Paulo: Cia das Letras, 1999. MARCHIONNI, Antonio. Ética: a arte do bom. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. História da filosofia. 5 vols. São Paulo: Paulus, 2005. ZINGANO, Marco. Estudos de ética antiga. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.</p>	

DISCIPLINA: Informática Básica	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Subsídios para a discussão crítica sobre o uso da informática na gestão pública. Noções de funcionamento, uso e implantação do computador. Ferramentas computacionais básicas. Uso da <i>internet</i> como instrumento de pesquisa.	
OBJETIVO: Conhecer e aplicar ferramentas computacionais básicas: softwares, hardwares internet e outros meios informatizados.	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARBOSA, R.M. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED – BOOKMAN, 2002. CAPRON, H.L. e JOHNSON, J.A. Introdução à Informática. São Paulo: PEARSON / Prentice</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LEVY, P. Tecnologias da Inteligência. São Paulo: Editora 34, 2004. TJARA, S.F. Informática na Educação. São Paulo: Erica, 2000. TJARA, S.F. Internet na Educação: o Professor na Era Digital. São Paulo: Erica, 2002.</p>	

DISCIPLINA: Instituições de Direito Público e Privado	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Introdução ao Direito. Fontes do Direito. Princípios de Direito. Instituições de direito público. Instituições de direito privado	
OBJETIVO: reconhecer a importância da administração pública estar em conformidade com o interesse público, para suprir as necessidades da sociedade e alcançar o bem comum e reconhecer a importância da dimensão legal e ética, além da dimensão técnica, para a construção do perfil do gestor.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado . São Paulo: Saraiva. 2008. MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado . 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010. REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito . 26 Ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas : texto integral. Tradução de: Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito . 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2007. IHERING, Rudolf Von. A luta pelo Direito : texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002. REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito . 26 Ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico . 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.	

DISCIPLINA: Direito Constitucional	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: Instituições de Direito Público e Privado	
EMENTA: A Constituição da República Federativa do Brasil e a Estruturação do Estado; a República Federativa do Brasil. A supremacia da Constituição da República Federativa do Brasil e as esferas de competência da União, dos Estados e dos Municípios. a Administração pública e os princípios constitucionais. composição, estrutura e competências dos Tribunais de Contas.	
OBJETIVO: conhecer as bases constitucionais de estruturação, normatização e responsabilidades da Federação Brasileira, como meio para o exercício da gestão pública.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado . 5 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado . 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. BARROSO, Luis Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo . São Paulo: Saraiva, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BULOS, Uadi Lamago. Direito Constitucional ao Alcance de Todos . São Paulo: Saraiva, 2009. CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional . Coimbra: Almedina, 1998. CARVALHO, Kildare de. Técnica Legislativa . 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. MENDES, Gilmar Ferreira et al. Curso de Direito Constitucional . 25 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. BONAVIDES. P. Curso de direito constitucional . São Paulo: Malheiros, 2010.	

DISCIPLINA: Teoria Política do Estado	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
<p>EMENTA: Teoria do Estado: noção, objeto, método. Estado, Direito e Política. Origem e Evolução Histórica do Estado Brasileiro. O Estado e seus elementos constitutivos: soberania, povo, território, finalidade. Estado, Governo e Sociedade. Sistemas e regimes de governo. O Estado no Brasil. Estado e Cidadania no contexto político brasileiro. O Estado e a nova ordem política mundial: as formas do poder global. A crise do Estado liberal. Neoliberalismo e reformas no setor público. A crise do Estado brasileiro e políticas públicas.</p>	
<p>OBJETIVO: Oferecer aos alunos noções teóricas sobre a natureza e o papel do Estado, sua origem, evolução, elementos, instituições, organização e funcionamento. Objetiva-se preparar os alunos para o estudo do direito positivo e das demais disciplinas do curso com conhecimento básico dos componentes do Estado</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma Introdução. 2ª ed. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Editora da Unesp, 2007. BOBBIO, NORBERTO. A teoria das formas de governo. 10ª ed. Brasília: UNB. 2001. GIDDENS, ANTHONY. O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp. 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOBBIO, NORBERTO. O Significado de política in: Curso de introdução á ciência política. Brasília: UNB, 1984. p. 5-19. PEIRANO, M.; REIS, F.; SCHWARTZMAN, S. A ciência política e as outras disciplinas nas ciências sociais. RBCS. São Paulo, v. 16, p. 27-61, 1991. HOCHMAN, Gilberto ; ARRETCHE, Marta ; MARQUES, Eduardo . Políticas Públicas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. v. 1. 397 p. KLAUS, F. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 211-259, 2000. LIMA JR. OLAVO B. Instituições Políticas Democráticas: O Segredo da Legitimidade Rio de Janeiro: Zahar editores. 1997. 143 p.</p>	

DISCIPLINA: Projeto de Pesquisa	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
<p>EMENTA: Finalidade de um Projeto de pesquisa; estrutura de um projeto de pesquisa: problema, objetivos, hipóteses, justificativa; referencial teórico; metodologia e cronograma; redação do trabalho acadêmico e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); procedimentos norteadores da relação orientando-orientador.</p>	
<p>OBJETIVO: Compreender o processo, as etapas e os métodos envolvidos na produção do conhecimento científico, objetivando desenvolver a capacidade para elaboração de um projeto de pesquisa científico.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, ANTONIO CARLOS. Como elaborar projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas., 2007. 175 p.</p>	

DISCIPLINA: Projeto de Pesquisa

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas., 1999. 206. p. v. 5.
LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABNT. **Publicação periódica científica impressa, NBR 6021/2003**. Rio de Janeiro, 2003.
ABNT. **Resumos, NBR 6.028/2003**. Rio de Janeiro, 2003.
ABNT. **Referências, NBR 6.023/2002**. Rio de Janeiro, 2002.
ABNT. **Citação de documentos, NBR 10.520/2002**. Rio de Janeiro, 2002.
ABNT. **Trabalhos acadêmicos, NBR 14.724/2002**. Rio de Janeiro, 2002.
CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 164 p.
FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 210 .
ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT: comentada para trabalhos científicos**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007. 96 .
MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2007. 225 .

20.2 Disciplinas de Formação Específica

DISCIPLINA: Fundamentos e Teorias da Administração

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: Origem do Estado e da Administração pública modernos. Evolução da Administração Pública no Brasil: o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado de bem estar, o Estado regulador. As reformas constitucionais. As teorias da Administração abordagens clássica, humanística, estruturalista, comportamental, sistêmica e contingencial da Administração. Administração Estratégica. Tomada de decisão na administração. Instrumentos gerenciais contemporâneos. Distinção entre Administração Pública e Terceiro Setor (público não-estatal x privado não-mercantil). Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

OBJETIVO: Estimular o senso crítico e analítico do aluno através do estudo das idéias administrativas em uma perspectiva histórica até as modernas teorias da atualidade. Propiciar a reflexão acerca da responsabilidade social das organizações, seu impacto cultural e ambiental, e ainda as determinações éticas implicadas na prática da administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**. 6 Ed. São Paulo: Campus, 1999.
FERNANDES, A. **Administração inteligente: novos caminhos para as organizações do século XXI**. São Paulo: Futura, 2001.
MAXIMIANO, A.C.A. **Introdução a administração**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. 1 Ed. São Paulo: Thomson Learning, 2001.
TAYLOR, F.W. **Princípios de administração científica**. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

DISCIPLINA: Fundamentos e Teorias da Administração**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada**. 1 Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea: a Ciência e a Arte de Ser Dirigente**. 6 Ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

DISCIPLINA: Administração Estratégica

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: Fundamentos e Teorias da Administração

EMENTA: Administração Estratégica. O Pensamento Estratégico. O Planejamento como Processo Administrativo. O Planejamento Estratégico aplicado à gestão pública. As Etapas do Planejamento Estratégico e sua Implementação. As Fases e os Níveis do Planejamento. O Ambiente do Planejamento. A Organização e a Operacionalização do Planejamento. O Enlace Planejamento-Orçamento, A Metodologia. Os níveis de planejamento: Estratégico, Tático e Operacional. Modelos de planejamento governamental e institucional. Conceitos tradicional e moderno do planejamento e orçamento governamental; Fundamentos do Planejamento Participativo. Plano Plurianual e a integração planejamento.

OBJETIVO: Fomentar nos alunos uma visão crítica que permita que, ao participarem da gestão de uma organização, possam permanentemente questionar métodos e processos estratégicos. Além disso, capacitá-los para que possam encontrar respostas adequadas para tais questionamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico**. São Paulo Atlas – 2001.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos, n. 95. São Paulo: Brasiliense

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Elieser Arantes da. **Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FALKEMBACH, Elza M. F. **Planejamento participativo e movimentos sociais**. Ijuí (RS): UNIJUÍ, 1987.

FISCHMANN, Adalberto Américo; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Planejamento estratégico na prática**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SUN TZU. **A arte da guerra**. 24 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WRIGHT, Peter L.; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração estratégica: Conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: Gestão de Pessoas na Administração Pública	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
<p>EMENTA: Fundamentos da Gestão de Pessoas. O novo papel da área de recursos humanos e o papel do gestor público na gestão estratégica de pessoas; Comunicação interpessoal. Administração de conflitos e promoção de cooperação; Gestão de desempenho: desenvolvimento, avaliação, feedback de desempenho e práticas de reconhecimento/avaliação; Administração de pessoas num contexto de mudanças; Papel estratégico das pessoas na sociedade da informação; Gerenciamento de pessoas com foco em resultados. Relação entre o planejamento estratégico e as políticas de pessoal. Planejamento de pessoas; Sistema de gestão de pessoas. Relação entre a área de pessoal e a gerência. Consultores internos. Plano estratégico de gestão de pessoas. Formação, desenvolvimento e educação no contexto organizacional</p>	
<p>OBJETIVO: Fundamentar e definir políticas e práticas de gestão de pessoas; conhecer as principais atividades e procedimentos dos vários sub-sistemas da administração de pessoas e os impactos de sua operacionalização em diferentes instâncias organizacionais; familiarizar-se com processo de formulação de políticas de gestão de pessoas, identificando seus elementos componentes para implementação e avaliação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAVALCANTI, Vera Lucia et al. Liderança e motivação. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005 CHIAVENATTO, I. Gestão de Pessoas - o novo papel de Recursos Humanos. Ed. Campus. FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. Ed. Gente. São Paulo, 2002.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALBUQUERQUE, L. G. e FISCHER, A. L. Pesquisa RH 2010: uma análise das tendências em gestão de pessoas para os próximos 10 anos. São Paulo: FIA/FEA-USP, 2000. DUTRA, Joel S. Gestão por Competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente, 2001. GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001. MILKOVICH, G. T. & BOUDREAU, J. W. Administração de recursos humanos. Atlas, 2000. VERGARA, S. C. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2003.</p>	

DISCIPLINA: Gestão Pública Sustentável	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
<p>EMENTA: Estudos sobre os conceitos de natureza. Definições de Ecologia. Ecologia das populações e estudos dos ecossistemas. Ecossistemas e biomas. Biodiversidade. Fluxo de energia e cadeia alimentares. Análise dos temas envolvendo desenvolvimento e degradação ambiental e discussão sobre gestão e política ambiental no Brasil. Políticas de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e pratica. Base legal e institucional para a gestão ambiental. Licenciamento e avaliação de impacto ambiental: conceitos, etapas, técnicas, aplicações e experiências internacionais e brasileira.</p>	
<p>OBJETIVO: Proporcionar ao estudante conhecimentos de gestão ambiental, das políticas ambientais e sua legislação e os instrumentos para a gestão ambiental no desenvolvimento sustentável,</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DAJOZ, Roger. Ecologia Geral. Vozes, 1983. GUIMARÃES, Mauro. A dimensão Ambiental na Educação. Campinas: Ed. Papyrus, 1995.</p>	

LOPES, Ignez Vidigal *et al.* **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso.** 4 Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

NAIME, Roberto. **Diagnóstico ambiental e sistemas de gestão ambiental.** Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005.

SABOURIN, Eric. **Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido nordestino.** Raízes, ano XVIII(20): 132-143. 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

CUNHA, L. H. e COELHO, M. C. N. **Política e gestão ambiental. In: Cunha e Guerra (orgs.) A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HESS, A.A. **Ecologia e Produção Agrícola.** Ed. Nobel.

GUATARI, F. **As Três Ecologias.** Campinas: Papirus, 1990.

MORIN, Edgar. **Os saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ODUM, E. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A, 1983.

SILVA, Christian Luiz da, MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

DISCIPLINA: Avaliação de Políticas Públicas

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: Laboratório em Políticas Públicas (LPP)

EMENTA: análise de políticas públicas e avaliação das políticas públicas; Metodologia de avaliação de políticas públicas; implicação da avaliação na eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas.

OBJETIVO: Fornecer ferramental teórico para avaliação de impactos de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELLONI, I. & MAGALHÃES, H.& SOUSA, L.C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas - uma experiência em educação profissional.** 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 95 p.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. 119 p.

FIGUEIREDO, Marcus e FIGUEIREDO, Argelina C. "Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica", **Revista Fundação João Pinheiro**: 108-129. 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Banco Interamericano de Desenvolvimento. **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina. Relatório 2006,** Harvard University. Rio de Janeiro: Elsevier: Washington, DC: BID, 2007. (CAPÍTULO 2)

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREZ, J. R. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológica. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 65-73.

SEIBEL, E.J. & GELINSKI, C.R. O.G. **Concepção do Estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas.** Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2007.

DISCIPLINA: Padrões de relação Executivo-Legislativo	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Processo decisório e interação Executivo-Legislativo no Brasil; Poder do executivo na arena legislativa; veto e veto players; gerenciamento, funcionamento e atribuições do poder Legislativo; <i>responsiveness</i> , <i>accountability</i> horizontal e os tribunais de contas; Interação Executivo-Legislativo nos municípios brasileiros.	
OBJETIVOS: Geral: Analisar a dinâmica da relação entre os poderes Executivo e Legislativo enfatizando a peculiaridade dos sistemas presidencialistas. Objetivos específicos: discutir a peculiaridade do desenho institucional brasileiro e o impacto nas relações Executivo-Legislativo; verificar como vem sendo o funcionamento dos mecanismos <i>check and balances</i> no sistema político brasileiro; entender a lógica do processo decisório e os encaminhamentos às políticas públicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil . Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003. 412 p. FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional . 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. 231 p. SANTOS, Fabiano. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão . Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 251p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AMORIM NETO, Octávio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas . Rio de Janeiro: Editora FGV; Konrad Adenauer Stiftung, 2006. 216p. ANASTASIA, Fátima <i>et alii</i> . Elites Parlamentares na América Latina . Belo Horizonte: Editora: ARGUMENTVM, 2009. INACIO, Magna & RENNÓ, Lúcio. Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 480p. SANTOS, Fabiano. O Poder Legislativo nos Estado: diversidades e convergência . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 302p. SOARES, Gláucio A. D. & RENNÓ, Lúcio. (Orgs.) Reforma Política: lições da história recente . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 360p.	

DISCIPLINA: Federalismo Fiscal	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Origem e evolução do federalismo no Brasil; arranjo institucional do federalismo brasileiro; teoria da escolha pública, neo-institucionalismo e federalismo; implicações políticas e sociais do modelo federativo brasileiro; gastos públicos e <i>responsiveness</i> em nível subnacional no Brasil.	
OBJETIVO: Compreender o desenho institucional do federalismo brasileiro	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARRETCHE, MARTA. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana . <i>São Paulo Perspec.</i> , Dez 2001, vol.15, no.4, p.23-31. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e	

DISCIPLINA: Federalismo Fiscal

autonomia. *São Paulo Perspec.*, Jun 2004, vol.18, no.2, p.17-26.

SOUZA, C. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados.**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 513-558, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho contitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988.** *Rev. Sociol. Polit.*, Jun 2005, no.24, p.105-121.

ARRETCHE, Marta. **Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira.** *Rev. Sociol. Polit.*, Jun 2005, no.24, p.69-85.

SOUZA, CELINA. *Federalismo e gastos sociais no Brasil: tensões e tendências.* **Lua Nova.**, São Paulo, v. nº 52., p. 05-28., 2001.

RODDEN, Jonathan. **Federalismo e descentralização em perspectiva comparada:** sobre significados e medidas. *Rev. Sociol. Polit.*, Jun 2005, no.24, p.9-27.

DISCIPLINA: Gestão das Organizações do Terceiro Setor

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA A emergência do Terceiro Setor no cenário mundial e no contexto brasileiro. Conceitos, características e desafios. O novo Código Civil e as Organizações Sem Fins Econômicos. Pessoas Físicas e Jurídicas. Associação e Fundação. Diferentes qualificações das ONGS ou Organizações da Sociedade Civil que atuam com Interesse Público: OSCIP e CEBAS. Pilares da Gestão do Terceiro Setor. Perfil do Gestor. Cultura organizacional. Gestão técnica e administrativa. Sistema de Informação na gestão das Organizações. Gestão de Pessoas e voluntariado. Aspectos Contábeis e Financeiros e Tributários

OBJETIVO: Capacitar o tecnólogo em gestão pública a reconhecer a importância da mediação com o terceiro setor, capacitando-o a aplicar as ferramentas necessárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRAREZI, Elisabete. **OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público:** a lei 97.90/99 como alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FRANCO, Augusto. **O que está por trás da nova Lei do Terceiro Setor.** In: OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: A Lei 9.790/99. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

GONÇALVES, Hebe Signorini (org.). **Organizações Não Governamentais: solução ou problema?.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

IOSCHPE, Evelyn (org.). **Terceiro Setor:** Desenvolvimento Social Sustentável. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SZAZI, Eduardo. **A Nova Lei do Terceiro Setor.** São Paulo: Ed. Campus, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Mariângela Franco de. **Gestão do terceiro setor no Brasil.** São Paulo: Futura, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social.** Brasília: CFC, 2003.

COSTA, Selma Frossard. **O Desafio da Construção de uma Gestão Atualizada e Contextualizada nos Centros de Educação Infantil que atuam na esfera da Assistência Social.** 2003. 233p. Tese

DISCIPLINA: Gestão das Organizações do Terceiro Setor

(Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP/SP.

DRUCKER, Peter F. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos**. 5 Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro Setor/Temas Polêmicos**. 1 Ed. São Paulo: Peirópolis, 2004.

TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais**. 5 Ed. São Paulo: FGV, 2001.

TUMELERO, Silvana Marta. **Gestão de Instituição do Terceiro Setor**. In: Revista Plurais. Chapecó/SC: UNOESC, n. 02, p.35-61, 1999.

VOLTOLINI, Ricardo (org.). **Terceiro Setor: Planejamento & Gestão**. São Paulo: Senac, 2003.

DISCIPLINA: Matemática Financeira

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: Fundamentos da Economia

EMENTA: Capitalização simples e composta (juros, montante, descontos, valor presente). Séries de pagamentos (rendas). Equivalência de alternativas de recebimentos e pagamentos. Regra de Três Simples, Compostas, Regras de Sociedade. Divisão Proporcional, Porcentagem. Amortização de empréstimos

OBJETIVO: Capacitar os alunos a desenvolver raciocínios adequados nas análises das transações financeiras, apresentando-lhes técnicas de avaliação que levam em conta o valor do dinheiro no tempo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar João. **Matemática Aplicada**. 1 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. **Matemática Financeira**. 5 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática Financeira Objetiva e Aplicada**. 7 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUER, U. Reinoldo. **Matemática financeira fundamental**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATHIAS, W. Franco; GOMES, J. Maria. **Matemática financeira**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: Logística e Patrimônio na Administração Pública

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: Administração Estratégica

EMENTA: Fundamentos de Administração Patrimonial e de Materiais. Armazenamento de Materiais. Fontes de Fornecimento. Organizações Alternativas para Compras. Licitações: estratégias e processos. Experiências de compras no setor público. Evolução e conceito de logística. Criação de valor. Redes e cadeias tempo e lugar. Tecnologia e funções. Logística e distribuição. Processamento de pedidos. Gestão de transportes e operadores logísticos

OBJETIVO: Capacitar o acadêmico a utilizar as técnicas de administração de materiais e patrimoniais sob a ótica do moderno modelo de logística integrada. Desenvolver habilidades específicas que qualifiquem os alunos ao exercício da profissão de administrador, especificamente, para gerenciar materiais e patrimônios. Proporcionar conteúdos relacionados às ferramentas operacionais de licitações e compras,

DISCIPLINA: Logística e Patrimônio na Administração Pública

transportes, armazenagem, distribuição e tecnologia em administração de materiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1999.
FERREIRA, Paulo César Pegas. **Técnicas de armazenagem**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.
DIAS, Marco Aurélio Pereira. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Públicos

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: Introdução a noção básica de elaboração de projetos, normas e procedimentos, passo a passo de construção de um projeto público, como seguir as orientações para elaborar um projeto, como se planejar para construir um projeto de acordo com as demandas diversas. Formas de captação de recursos fundos; incentivos fiscais; instituições públicas e privadas de apoio ao desenvolvimento de projetos públicos; contratos, convênios e subvenções de governo; doações de diversas fontes. Estrutura de projetos para captação de recursos.

OBJETIVO: Capacitar o aluno para as atividades de pesquisa, elaboração, avaliação e captação de recursos e incentivos relativos ao desenvolvimento de projetos públicos, levando em conta aspectos econômico-financeiros, sociais, ambientais, jurídicos, administrativos e gerenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMANI, D. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
AZEVEDO, Tasso Rezende de. **Buscando Recursos para Seus Projetos**. São Paulo: TextoNovo, 1998.
BRAMONT, P.P. **Avaliação de projetos sob a ótica social: uma introdução**. Blumenau: Edifurb, 2004.
CLEMENTE, A. (Org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 2002.
DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo: Transformando idéias em Negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo e SCHIESARI, Laura. **Desenvolvendo a cultura da avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Instituto Fonte, 2001.
KISIL, R. **Elaboração de Projetos e Propostas para Organizações da Sociedade Civil**. 3 Ed. São Paulo: Global.

DISCIPLINA: Direito Administrativo	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional	
EMENTA: Noções e objeto. Princípios da Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Ato Administrativo. Processo Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Administração Direita e Indireta. Servidores Públicos. Bens Públicos. Limitação ao Direito de Propriedade. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Controle da Administração Pública	
OBJETIVO: Oferecer ao graduando a idéia de que a administração pública tem, em sua dimensão conceitual e prática, a noção de servir associada à de gestão, compreendendo tanto à atividade de planejamento, comando e execução. Permitir que o graduando entenda o Direito Administrativo como um de leis e normas que regulam conjunto de órgãos e pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da administração do Estado.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 27 Ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.	
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 23 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.	
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado . 18 edição. São Paulo: Método, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo . São Paulo, Malheiros, 2008.	
GRAU, Eros Roberto. A ordem Econômica na Constituição de 1988 . São Paulo: Malheiros, 2008.	
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno . São Paulo: RT, 2009.	

DISCIPLINA: Direito Tributário	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	Carga horária: 30 horas
Ementa: Direito Tributário: conceito. Tributo: limitações, legislação. Obrigação Tributária: sujeitos, responsabilidade. Crédito Tributário: constituição, suspensão, extinção. Competência Tributária.	
OBJETIVO: Oferecer ao graduando uma abordagem que o permita entender o Direito Tributário como uma atividade inerente ao Estado.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário . 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.	
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário . São Paulo: Malheiros, 2009.	
SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Direito Tributário e financeiro . São Paulo: Atlas, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 8 Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
CASTRO, Aldemario Araújo. Direito Tributário . São Paulo: Fortium, 2008.	
CASSONE, Vittorio. Direito Tributário: fundamentos constitucionais, análise de impostos, incentivos à exportação, doutrina, prática e jurisprudência . 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001: atualizado pela nova constituição. São Paulo: Atlas, 2001.	
PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.	

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
EMENTA: Estudo crítico da estrutura fundamental do processo. Jurisdição. Ação. Processo.	
OBJETIVO: Estudar a estrutura do processo numa perspectiva constitucional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CINTRA, Antonio Carlos. DINAMARCO, CANDIDO Rangel. GRINOVER, Ada Pellegrine. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2010. DINAMARCO, Candido Rangel. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Malheiros, 2009. NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na Constituição Federal. São Paulo: Ed. RT, 2009. SILVA, Ovídio A. Baptista da. Teoria geral do processo civil. São Paulo: Ed. RT, 2010. _____. Jurisdição e execução na tradição romano canônica. Rio de Janeiro: Forense, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. São Paulo: Ed. RT, 2009. _____. Direito constitucional a prova no processo civil. São Paulo: Ed. RT, 2001. DINAMARCO, Candido Rangel. Nova era do processo civil. São Paulo: Malheiros, 2009. _____. Vocabulário do processo civil. São Paulo: Malheiros, 2009. GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais. São Paulo: SRS editora, 2009. _____. Teoria processual da constituição. São Paulo: SRS Editora, 2007.	

DISCIPLINA: Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: Teoria Política do Estado	
EMENTA: O Estado, políticas públicas e sua presença no cenário teórico. Políticas públicas e sua institucionalização enquanto campo de estudo. Instituições, regras do jogo e seu impacto sobre a governabilidade e governança. Intervenção e reforma do Estado. O Estado em ação. Arenas decisórias. <i>Policy analysis</i> . Neo-institucionalismo e políticas públicas. Enfoque teórico sobre os processos de Formulação. Implementação e avaliação de políticas públicas.	
OBJETIVO: Dotar os discentes de ferramentas para compreensão de políticas públicas, bem como capacidade para formulá-las de maneira crítica e eficaz.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAVALHEIRO, Maria Eloisa e JUCHEM, Dionisa Magna. Políticas públicas: uma análise mais apurada sobre governança e governabilidade. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I, nº I, Jul./2009. RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999. SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. <i>Sociologias</i> , 16: 20-45, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FARIA, C.A.P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das	

DISCIPLINA: Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas

principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51): 21-30, 2003.

MARCLEISH, Archibald. **Atores e arenas no processo de formulação de políticas**. In: Banco Interamericano de Desenvolvimento. **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina**. Relatório 2006, Harvard University. Rio de Janeiro: Elsevier: Washington, DC: BID, 2007.

PONTO, Rogério F. Pinto. **As reformas do Estado e o paradigma da Nova Economia Institucional**. In: PEIXOTO, João Paulo M. (Org.) **Governando o Governo: Modernização da administração pública no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

REIS, Elisa. **“Reflexões Leigas para a Formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas”**, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (51): 21-30. 2003.

20.3 Disciplinas de Formação Integradora

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: Projeto de Pesquisa

EMENTA: Prática que poderá ser desenvolvida na esfera federal, estadual e municipal, bem como no terceiro setor. Prática com a orientação de um professor da área.

OBJETIVO: Possibilitar o treinamento e aplicação dos conceitos apreendidos durante o curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da pesquisa**. 1 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

LAKATOS Eva Maria, MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Mariana de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **A prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: Projeto de Pesquisa

EMENTA: Elaboração do texto final do Trabalho de Conclusão de Curso. Orientação.

OBJETIVO: Orientar o aluno no processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da pesquisa**. 1 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.
CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
LAKATOS Eva Maria, MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
MARCONI, Mariana de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
MEDEIROS, João Bosco. **A prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

20.3.1 Disciplinas Optativas

DISCIPLINA: Filosofia Política	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não possui	
EMENTA: A questão política na tradição filosófica. Os precursores do estado. Estado de natureza e estado civil. Indivíduo, sociedade e estado. Gênese do Estado-Nação. Problematizar: liberdade e igualdade.	
OBJETIVO: O curso tem por objetivo desenvolver os conceitos constituintes da idéia de política no contexto da filosofia.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARISTÓTELES. Política . Brasília: EdUnb, 1988. BOBBIO, Norberto. BOVERO, Michelangelo. Teoria geral da política: a filosofia e as lições dos clássicos . Rio de Janeiro: Campus, 2000. RUBY, C. Introdução à Filosofia Política . São Paulo: EdUnesp, 1998.	
Bibliografia Complementar:	
BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade. Para uma Teoria Geral da Política . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. _____. Dicionário de política . Brasília: Ed. UnB, 1995. CAILLÉ, Alain. LAZZERRI, Christian. SENELLART, Michel. História argumentada da filosofia moral e política . Rio Grande do Sul: Ed. Unisinos, 2001. CANTO-SPERBER, Monique. [Org.] Dicionário de ética e filosofia moral . Rio Grande do Sul: Ed. Unisinos, 2003. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Cia das Letras, 2000.	

DISCIPLINA: Contabilidade Ambiental	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não possui	
EMENTA: Bens e Serviços Ambientais e Recursos Naturais. Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Causas da Degradação Ambiental e Exaustão de Recursos Naturais	
OBJETIVO: Apresentar ao aluno os principais modelos teóricos sobre a melhor forma de gerenciar a alocação de bens, serviços e recursos naturais e ambientais, de modo que seu uso minimize custos sociais e/ou maximize o bem-estar social, tanto intra como intergeracional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BENAKOUCHE, Raban e René Cruz, Avaliação do Meio Ambiente . Ed. Makron Books. São Paulo, 1994. MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Orgs.) Economia do meio ambiente . Rio de Janeiro: Campus, 2003. PAIVA, P. R. Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência focada na prevenção . São Paulo: Atlas, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental . São Paulo: Atlas. 2004. SEROA DA MOTTA, R. Contabilidade ambiental: teoria, metodologia e estudos de caso no Brasil . Rio de Janeiro: IPEA, 1995. _____, R. A questão econômica da questão ambiental . Rio de Janeiro: IPEA, 1997. RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade Ambiental . 1 Ed. São Paulo: Saraiva, 2006. SILVA, Benedito Albuquerque. Contabilidade e Meio-Ambiente – considerações teóricas sobre o controle de gastos ambientais . 1ª Ed. São Paulo: AnnaBlume, 2006. TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. Contabilidade e Gestão Ambiental . 1 Ed. São Paulo: Atlas, 2004.	

DISCIPLINA: Economia Política	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 04	CARGA HORÁRIA: 60 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Introdução à Economia. Fundamentos de Economia. Economia e Teorias Econômicas. Atividade Econômica. Sistemas Econômicos. Estruturas Econômicas. Teoria da Produção. Modos e Relações de Produção. Economia e Política. Economia Política. Atividade Econômica e Economia Política. Economia Política e Capitalismo. Economia Política e Corporações. Mercado e Divisão do Trabalho. Teoria do Valor. Valor de Uso e Valor de Troca. Salários, Lucros e Acumulação. Renda da Terra, Taxa de Lucro e Valor. Valor e Excedente. Salários, Lucros e Acumulação. Crítica à Economia Política. Mercadoria, Valor, Dinheiro e Capital. Trabalho e Valorização. Capital Constante e Capital Variável. Classes Sociais e Teoria dos Fatores de Produção. Conceito de Fator de Produção. Preço e Teoria do Valor. Topo	
OBJETIVO: Proporcionar um arcabouço teórico aos discentes de forma que os mesmos venham compreender e discutir as seguintes questões: A criação de valor, formação de preços, determinantes da oferta e da demanda.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMADO, Adriana. MOLLO, Maria. Noções de macroeconomia: razões teóricas para as divergências	

DISCIPLINA: Economia Política

entre os economistas. Barueri-SP: Manole, 2003.

GALVES, Carlos. **Manual de economia política atual.** 14ª Ed. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 1996.

PAULO NETTO, José. **Economia Política:** uma introdução crítica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política.** 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GALVES, Carlos. **Manual de economia política.** 15 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NUNES, Antonio José Avelãs. **Uma introdução à economia política.** São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SICSU, João et al. **Economia do desenvolvimento:** Teoria e políticas Keynesianas. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DISCIPLINA: Economia Rural

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: Noções sobre o desenvolvimento da agricultura; Relação entre a agricultura e o processo de reprodução do capital; A Agricultura brasileira: estado e agricultura. Modernização conservadora da Agricultura. políticas governamentais para agricultura familiar. agricultura no semiárido. A questão agrária no Brasil.

OBJETIVO:. Proporcionar ao estudante o entendimento do processo de desenvolvimento e modernização da agricultura bem como destacar sua inserção no modo de produção capitalista, principalmente no processo de globalização; Fazer uma introdução dos principais temas ligados à Economia Rural e ao planejamento de políticas agrícolas, fazendo uma ligação com os demais setores da economia, destacando, principalmente, aspectos sobre renda, emprego e meio ambiente;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, Guilherme Leite da Silva; AMARAL, Cicely Moitinho. **Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira** in BAUMANN, Renato (org.), Brasil Uma Década em Transição. Campus, Rio de Janeiro, 1999.

PINHO, Diva Benevides & VASCONCELLOS, Marco Antonio (Orgs.). **Manual de Economia.** 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** 23 Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABROMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. (Introdução, cap. 1 e cap. 3) São.Paulo/Rio Janeiro/Campinas: Hucitec/ANPOCS/ EDITORA DA UNICAMP, 1992R. Abramovay. Paradigmas do capitalismo agrário em questão.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Marcel Mauss. Sociologia e Antropologia, Vol. II, SP: Edusp,1974

SHANIN, T. A Última Fase do Desenvolvimento do Pensamento de Marx: Deuses e Artesãos. In Raízes (Revista semestral de Ciências Sociais e Econômica), Ano X, v 6, Nº 8. Campina Grande, Mestrado em Sociologia. Editora da UFPB- Campus II – jan-dez 1991.

TEIXEIRA, Francisco. **Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.

DISCIPLINA: Marketing na Gestão Pública	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não possui	
EMENTA: Eficácia e Comunicação na Gestão Pública. Criação de Valor para o cidadão e percepções da sociedade. Parcerias e instrumentos de Marketing e comunicação social. <i>Accountability</i> transparência e marketing institucional e político	
OBJETIVO: Desenvolver a comunicação da Gestão Pública	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DIAS, Renato Costa. Marketing Político . Edição do Autor: Natal, 2004 OSBORNE, D. & GAEBLER, T. Reinventando o Governo . Editora MH: Brasília 1992. KOTLER, P. et al. Marketing de Lugares . Pearson Prentice Hall: São Paulo, 2005. KOTLER, P. & ROBERTO, E. L. Marketing Social: Estratégias para alterar o comportamento Público . Campus: Rio de Janeiro, 1992. LOVELOCK, C. & WIRTZ, J. Marketing de Serviços: Pessoas, Tecnologia e Resultados . Prentice Hall: São Paulo, 2006 MOORE, Mark H. Criando Valor Público . Editora Letras e Expressões: Rio de Janeiro, 2002. VAZ, G. N. Marketing Institucional . Pioneira: São Paulo, 1995.	
Bibliografia Complementar: COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil. São Paulo: Cobra, 2003. KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000 OCHA, Angela da; CHRISTENSEN, CarL. Marketing: teoria e prática no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 284 p	

DISCIPLINA: Direito Ambiental	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Agricultura e mundo rural. Agricultura no Brasil e no Mundo e a construção de uma questão agrária. Tratamento jurídico da questão agrária. Direito agrário: definição e objeto. Autonomia do Direito Agrário. Princípios do Direito Agrário. Fontes do Direito Agrário. Institutos Jurídicos Agrários. Reforma Agrária. Política Agrícola. Noções de contratos agrários. Interfaces entre Direito Agrário e Ambiental. Histórico da Legislação Ambiental no Brasil. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Meio Ambiente na Constituição de 1988. Princípios. Tutela ambiental e seus objetos. Espaços ambientais. Licenciamento e Estudo de Impacto Ambiental. Danos ambientais e responsabilidade.	
OBJETIVO: Dotar o discente noções de Direito Agrário e Ambiental, buscando deixar clara a relação entre essas duas disciplinas, dotando o discente das noções acerca das ferramentas jurídicas, bem como a compreensão jurídica sobre as atividades desenvolvidas pelos graduandos na futura profissão, numa perspectiva do desenvolvimento sustentável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro . 8 Ed. São Paulo: editora Atlas, 2009.	

DISCIPLINA: Direito Ambiental

MILARE, Edis. **Direito do Ambiente**. 6 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MATTOS NETO, Antônio José de. **Estado de Direito Agroambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIAS, Talden. **Direito Ambiental: tópicos especiais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

_____. **Introdução ao Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. 6 Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. V.1.

BRANDENBURG, Alfio (Org.) et al. **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.

DISCIPLINA: Estado e Políticas Públicas

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS:

EMENTA: A relação Estado moderno e sociedade civil e as formas de regulação estatal no século XX. A crise de 30 e o padrão Keynesiano de regulação estatal. O Estado interventor no Brasil e o Estado do bem-estar social na Europa. A crise capitalista dos anos 70 e a emergência da proposta de “Estado mínimo” e de privatização de funções públicas. Determinações atuais das políticas públicas: descentralização político-administrativa e novas formas de controle social. Concepção, objeto e campo de estudo das políticas públicas. Os movimentos sociais enquanto sujeitos das Políticas Públicas: ampliação da esfera pública no Brasil.

OBJETIVO: Contribuir para a análise do processo histórico de definição e redefinição das políticas públicas, de corte social no quadro das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil, como parte das estratégias de controle social das classes sociais em confronto, expresso no movimento social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Mudanças Estrutural da Esfera Pública** (Cap. V. Mudança na estrutura social da esfera pública). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

FEDOZZI, Luciano ET alli. **Por uma Nova Esfera Pública. A experiência do Orçamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

HOUTAR, François, POLET, François. (Coordenadores). **O outro Davos. Mundialização de resistências e de Lutas**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

HOUTAR, François. **Alternativas Confiáveis ao Capitalismo Mundializado**. IN Revista Serviço Social & Movimentos Social, V.2, n.2, São Luís, EDUFMA, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Marina Maciel. **A relação entre o Estado e Sociedade Civil – A Questão dos Conselhos de direitos e a Participação do**

BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). **América Latina. História, Idéias Revolução**. São Paulo: NET/XAMÃ, 1998.

DISCIPLINA: Estado e Políticas Públicas

BENJAMIN, César; ELIAS, Luiz Antonio (organizadores). **Brasil: Crise e Destino**. São Paulo. BOITO Jr., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo**. São Paulo: Xamã, 1999.
DONATI, Pierpaolo e COLOZZI, Ivo. **La cultura della cittadinanza oltre lo Stato assistenziale**. ROMA: Edizioni Lavoro, 1994.
FEDOZZI, Luciano. **O poder da Aldeia. Gênese e História do Orçamento Participativo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
FIORI, José Luís. **Em busca do Dissenso Perdido. Ensaio Crítico Sobre a Festejada Crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.
GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGS e Cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
_____, Maria da Glória. **O Novo associativismo e o terceiro setor**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1998.
IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: Língua e identidade Surda. A Libras na educação bilíngüe de surdos. Noções sobre os aspectos gramaticais, culturais e textuais da Libras a partir de vivências interativas nesta língua.

OBJETIVO: Propiciar a aprendizagem de aspectos culturais e lingüísticos gerais e de uso da Libras, através de situações contextualizadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro UFRJ, 1995.
COUTINHO, Denise. **LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa: Idéia, 1996.
_____, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa: Arpoador, vol. II, 2000.
QUADROS, Ronice de. e KARNOPP, Lodenir B. **Língua Brasileira de Sinais: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FELIPE, Tanya A. **Introdução à gramática da LIBRAS**. In: Brasil, Línguas Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, série Atualidades Pedagógicas, vol. III, 1997.
_____, Tanya A. **Libras em contexto: curso básico, livro do professor e do estudante cursista**. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.

DISCIPLINA: Sociologia Urbana	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRE-REQUISITO:	
<p>EMENTA: Os diferentes enfoques a respeito do processo de concentração espacial de atividades e população Aspectos históricos do processo de urbanização. As cidades nas sociedades contemporâneas: teorias. A urbanização brasileira: teorias. Aspectos do processo de urbanização no Brasil - o Estado e o urbano; migrações rural-urbanas; o uso do solo urbano; habitação; equipamentos de consumo coletivos; movimentos sociais urbanos.</p>	
<p>OBJETIVO: Desenvolver uma interpretação sociológica das principais questões ligadas ao fenômeno urbano. Analisar o processo de urbanização no Brasil, destacando os problemas sociais envolvidos neste processo. Compreender o papel do Estado e da sociedade civil no desenvolvimento das contradições e da problemática urbana. Identificar na dinâmica do modelo de desenvolvimento o aprofundamento da problemática urbana e do "caos" dos grandes centros urbanos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVITO M. & ZALUAR, A. (orgs.). Um século de favela. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. COULON Alain. A escola de Chicago. São Paulo: Papirus, 1995. GOHN, Maria da Glória (org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003. KOVARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000. MAGNANI, José G. Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998. OLIVEN, R.George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis: Vozes,1988.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em sociologia urbana. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984. FRIDMAN, F. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira in “A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade do urbanismo” Pinheiro e Gomes (Organizador) – Salvador, Edufba, 2004 LAGO, L.C. Desigualdade e segregação na metrópole. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2000 VALLADARES, L.P. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p>	

DISCIPLINA: Sociologia Ambiental	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRE-REQUISITO: não tem	
<p>EMENTA: Abordagem das especificidades do estudo sociológico na questão ambiental discutindo a relação homem/sociedade/natureza. Desenvolvimento e a questão ambiental, dando ênfase às questões específicas do desenvolvimento e meio ambiente do Brasil. Conflitos sócio-ambientais. Sociedade de risco, sustentabilidade, justiça e democracia ambiental. Consumo, meio ambiente e sustentabilidade.</p>	
<p>OBJETIVO utilizar uma abordagem técnica e prática para que o aluno absorva instrumentais que o habilitem no entendimento das questões sócio-ambientais com competência e capacidade crítica de interpretação da realidade</p>	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FLORIANI, D. **Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.
 GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
 _____, A. **Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 2000.
 GIULIANI, G.M. **Sociologia e Ecologia – um diálogo reconstruído**. Revista Dados, 1998, pp 147 – 171
 HERCULANO, C. **Sociologia Ambiental: origens, enfoque metodológicos e objetos**. Mundo e Vida , n 2000,
 LEÍS, H. R. **A modernidade insustentável – as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo: CLAES – Coscoroba, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
 MANSHOLT, S. et AL. **Ecologia, caso de vida ou de morte**. 2ª Ed. Lisboa: Moraes 1979.
 TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DISCIPLINA: Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano

NÚMERO DE CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 horas

PRÉ-REQUISITOS: não tem

EMENTA: Direitos Humanos: concepções, seu fundamento e desenvolvimento histórico. Proteção internacional dos direitos humanos. O papel do Estado na garantia dos direitos humanos fundamentais. O social como eixo do desenvolvimento. Novos Direitos Humanos e Ações Afirmativas e Transformativas e suas perspectivas para o mundo rural: Meio Ambiente, Afro-descendentes, mulheres, idosos, crianças e adolescentes, homossexuais, povos indígenas. Assistência Social. Aposentadoria rural. Educação do campo como direito público subjetivo.

OBJETIVO: propor uma reflexão sobre as POSSIBILIDADES e os LIMITES para a implementação de políticas públicas ATIVAS, por parte dos governos locais, que possa contribuir, de forma marcante, com a construção de um novo padrão desenvolvimento sustentado para nossa sociedade, tendo como eixo norteador o Desenvolvimento Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
 COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 PIOVESAN, Flavia. **Código de direito internacional dos direitos humanos**. São Paulo: DPJ, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
 FARIA, José Eduardo. **Direito humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2010.
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
 OLIVEIRA, Francisco. **Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**. In: Oliveira, Francisco e PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Editora Vozes/FAPESP, 1999.
 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Editora Record, 2000.

DISCIPLINA: Direito Regulatório	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Direito regulatório: história, conceito, poder regulamentar e poder regulador, legislação, jurisprudência. Agências reguladoras: aspectos gerais, criação, marcos legais, regimes regulatórios brasileiro, princípios estruturantes.	
OBJETIVO: Examinar a dinâmica de funcionamento das agências reguladoras e o papel dos procedimentos normativos no controle. Discutir a regulamentação com foco no poder normativo da agência reguladora. Estudar o direito do sistema regulatório vigente e a competência e legitimidade das agências reguladoras. Compreender o surgimento das agências reguladoras no direito brasileiro.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARDOSO, Henrique Ribeiro. O poder normativo das agências reguladoras . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. LIMA, Carolina de Alexandria Cavalcante. Agências reguladoras . Rio de Janeiro: Juspodium, 2010. NUNES, Edson de Oliveira. [outros]. Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil . Rio de Janeiro: Garamond, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AMARAL, Alexandre da Silva. Princípios estruturantes das agências reguladoras . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. BINENBOJM, Gustavo. Agências reguladoras e democracia . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. CAL, Arianne Brito Rodrigues. As agências reguladoras no direito brasileiro . Rio de Janeiro: Renovar, 2003. FIGUEIREDO, Marcelo. As agências reguladoras . São Paulo: Malheiros, 2005. MENEZELLO, Maria D'Assunção Costa. Agências reguladoras e o direito brasileiro . São Paulo: Atlas, 2002.	

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em Gestão Pública	
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	CARGA HORÁRIA: 30 horas
PRÉ-REQUISITOS: não tem	
EMENTA: Temas da atualidade relativos às áreas de: Administração da Informação. Administração Pública, Gestão e Controle Social. Estratégia em Organizações. Estudos Organizacionais. Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Gestão de Operações e Logística. Marketing, Ensino e Pesquisa em Administração Pública. Direito. Ciência Política. Economia. Contabilidade.	
OBJETIVO: Flexibilizar e oxigenar o currículo de forma que o professor possa ministrar conhecimentos atuais ou novos em qualquer área abordada na gestão pública, em consonância com regulamentação do colegiado.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Variável	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Variável	